



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**  
**Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM**

**Av. Carlos Gomes, 2120 – 90480-002 – Porto Alegre**

**Fone: (51) 3289-7594 – Fax: (51) 3289-7599**

**email: comam@smam.prefpoa.com.br**

**Reunião Ordinária do Comam**

**Data: 25 de março de 2010**

**Hora: das 14h00 às 16h00**

**Local: Sala de Reuniões da Sede da SMAM, Av. Carlos Gomes, 2120 – Porto Alegre/RS**

**Porto Alegre/RS**

**20 de abril de 2011**

***Degradado por***

***ZAP Multimídia***

**PRESENTES:** Professor Garcia e José Furtado, ambos da SMAM; Julio Corrêa e Eduino de Mattos, ambos da ONG Solidariedade; Maria da Graça Ortolan, do DMAE; Magda Satt Ariolli, do CRBIO3; Ricardo Ayup, da UFRGS; José Carlos Vieira, da CMS; Nelson Fontoura, da PUCRS; Juliana Yung, do DEP; Maria Lucia Frozi, do DEP; Gilson Tesch, da ONG Guardiões do Lago Guaíba; Vicente Medaglia e Felipe Vargas, ambos do Instituto INGÁ; Arceu Bandeira Rodrigues, do DMLU; Fabiana Fetter e Rosane Zottis Almeida, do Gabinete do Prefeito; Mauro Rosa de Paula, da SMS; Tiago Pereira Neto, da FIERGS; Antônio Luis Gomes Pinto, da SPM; Ariadne Silveira Tiassú, do OP/SMCPGL; José Paulo Fitarelli, do IBAMA/RS; **Justificaram:** Cíntia Schimidt, da OAB/RS; Mauricio Oliveira, da GRAMPAL; Cid Silveira Soares, do M.J.D.H. **Como convidado:** Deputado Estadual Paulo Odone, Secretário Estadual da SECOPA; Newton Baggio, da SECOPA/RS; Mauro Knijnik e Pedro Ruas, ambos do Grêmio Empreendimentos; Patrícia da Silva Tschoepke, da SPM; Carlos Bortoli, Patrícia Cardoso e Lisiane Ferri, ambos da Profill; Cecília Assunção, Carlos Eduardo Barreto Neto, André Pinto, Silvio Abreu e Eduardo Souza Pinto, ambos da Consularq/OAS; Adelino Neto, do DMLU; Carlos Py, da SMAM; Paulo Jardim, do FUMPROAMB/SMAM; Alessandra Pires e Ana Paola Nunes, da ERES/SMAM; Elenora Serrata, da PGM; **Como ouvintes:** Cleusa Telles, do Núcleo Amigos da Terra; Cristiane Casapicola, da SECOPA/RS; Daisy Chollet, da FIERGS.

#### **Objetivos:**

- *Leitura da correspondência recebida e enviada;*
- *Relato e deliberação das reuniões das Câmaras Técnicas: Áreas Naturais; Fundo do Meio Ambiente (ECOM); Legislação; Resíduos Sólidos; Vigilância em Saúde Ambiental; Comissão do FUMPROAMB(apresentação ao COMAM dos RECURSOS, referente ao Edital 01/08 do FUMPROAMB); ERB's.*
- *Apreciação do projeto Arena do Grêmio, Processo nº 002.261358.001.7869;*
- *Apreciação do Processo nº 001.037112.02.3, referente ao Aterro da Serraria, apresentado pelo DMLU e PGM;*
- *Votação da Minuta:- Votação da Minuta De Resolução de Criação para as Câmaras de Assessoramento; - Votação da Minuta De Resolução que Revoga as Resoluções do COMAM ;*
- *Encerramento.*

1 **Professor Garcia, da SMAM:** Boa tarde a todos e a todas. Vamos dar início então a mais  
2 uma reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, data de 25 de março, 14h00. Os  
3 senhores e as senhoras receberam uma proposta da minuta da reunião e eu consulto se  
4 nós podemos fazer uma alteração na proposta que vocês receberam antes por email:  
5 estava às 14h20 a minuta de resolução da criação das Câmaras de Assessoramento e da  
6 resolução que revoga resoluções do COMAM. Isso nós estamos sugerindo passar para  
7 último tema em função dos dois primeiros. Que aí passaria então o Grêmio e depois o  
8 processo da Serraria, do aterro da Serraria. Todos os conselheiros concordam? Não  
9 havendo manifestação contrária, aprovado. A Simone está me passando aqui agora que  
10 não foi enviada a ata. Então hoje não teremos condições de lê-la e aprová-la ou rejeitá-la  
11 se for o caso. Então já passamos de imediato para os relatos e deliberações das reuniões  
12 das Câmaras Técnicas. Primeiro: Área de Recursos Naturais.

13 **Gilson Tesch, do CT de Áreas Naturais Verdes, Nativas e Unidades de Conservação**  
14 **Permanente:** Gilson Tesch, Câmara Técnica de Área de Recursos Naturais. Nós não nos  
15 reunimos essa semana. Havia uma visita para fazer *in loco* em dois empreendimentos, mas

16 foram canceladas pelos próprios empreendedores, por segundos motivos. Então não  
17 houve a reunião.

18 **Professor Garcia, da SMAM:** Tudo bem. Fundo do Meio Ambiente. Que também tem a  
19 questão do ECOMA, que vai também colocar.

20 **Paulo Jardim, da CT do Fundo Municipal do Meio Ambiente:** Boa tarde, Paulo Jardim.  
21 Trabalho aqui na SMAM. Nós há duas semanas fomos até ECOMA – Encontro dos  
22 Conselhos Municipais de Meio Ambiente – era um evento em nível estadual e o COMAM  
23 disponibilizou, na verdade através do Fundo do Meio Ambiente aqui de Porto Alegre, a  
24 gente disponibilizou o transporte, a hospedagem e o pagamento para a inscrição também  
25 para os conselheiros que apresentaram interesse. Então foi um grupo aqui do COMAM,  
26 representando, então, o nosso Conselho. Então participamos lá do Encontro. Eu vou fazer  
27 um breve relato do que tinha lá para não atrasar a pauta. Bom, o evento era composto  
28 basicamente de conselheiros do interior, secretários e prefeitos. Estudantes também,  
29 pessoal ligados a órgãos ambientais de modo geral, então a gente viu relatos do pessoal  
30 dos outros conselhos do interior do estado. Chamou muito a atenção que eles nos  
31 relataram que os conselhos deles atuavam muito no sentido: quando as licenças  
32 ambientais eram negadas pelos órgãos ambientais deles, vinha para o Conselho deliberar  
33 se mantinha o indeferimento ou se aprovava aquelas licenças. Então esse foi o relato  
34 principalmente do pessoal dos conselhos do interior. A programação foi bem extensa,  
35 assim, abordaram muitos temas ligados ao meio ambiente, como mudanças climáticas,  
36 agenda 21; a questão das compras das prefeituras seguirem regras ambientais – que até  
37 foi a participação do Secretário nesse sentido – e de haver uma modificação na lei das  
38 licitações, a 8.666. E nós estabelecermos critérios para comprar, para as compras do  
39 governo. Comprar só de empresas que sejam ambientalmente sustentáveis, etcetera. A  
40 gente trouxe muitas sugestões nesse sentido. Já tem uma instrução em nível nacional. Eu  
41 até trouxe essa instrução para ver se a gente consegue adaptar aqui para a nossa  
42 realidade aqui do município. Vimos muitas ações do Ministério do Meio Ambiente. Vimos  
43 também a questão dos fundos ambientais. Alguma discussão, o que deveria ser recurso  
44 destinado para o Fundo, o que não deveria. Vimos também a questão, a gente sendo  
45 capital estamos muito mais avançados do que alguns municípios do interior. Então houve  
46 todo um esforço para que municípios que ainda não tenham competência para licenciar,  
47 que eles consigam montar equipes competentes e que façam a sua legislação e que  
48 tenham um Conselho também. O Conselho é o item fundamental para o município ter essa  
49 autonomia para fazer os licenciamentos ambientais. Foi citado o nosso Conselho e foi  
50 citado também o nosso município no sentido que o nosso plano diretor engloba também o  
51 plano ambiental. Até teve um elogio nesse sentido: dizem que é bom que o plano diretor  
52 englobe itens de planejamento e que se têm duas Secretarias que tem que andar juntas e  
53 bem afinadas, é Meio Ambiente e Planejamento. Até teve uma crítica também dizendo que  
54 o nosso Conselho às vezes aborda itens muito pontuais, quando que um Conselho, a  
55 sugestão que o ideal é que o Conselho atue mais em proposição de políticas ambientais e  
56 normas. Mas de um modo geral a gente pode dizer que a gente está bem avançado em  
57 relação aos outros municípios menores. Então além de mim, estava o Secretário, a  
58 conselheira Juliana, a Lúcia, o Tiago, também do CRBIO. Basicamente era esse o relato do  
59 ECOMA. Foi muito boa a nossa troca de experiência, de contato com o pessoal dos outros  
60 conselhos e também com o pessoal, principalmente da SEMA e do Ministério do Meio  
61 Ambiente também que nos trouxeram bons relatos, então acho que foi bastante útil. Existe  
62 a perspectiva de no próximo ano ter um segundo encontro e desde já a gente manifesta  
63 aqui o interesse do COMAM também participar e estar lá representado pelos conselheiros  
64 que tiverem interesse de participar. Era isso. Obrigado.

65 **Professor Garcia, da SMAM:** Para os demais conselheiros que foram: tem algum  
66 depoimento?

67 **Maria Lucia Frozi, do DEP:** Lúcia do DEP. A secretaria do Encontro ficou de nos enviar  
68 um CD com o conteúdo de todas as palestras. Então acho que seria interessante no

69 momento que a gente receber esse CD, passar para a Simone então, para disponibilizar  
70 para todos os conselheiros.

71 (...)

72 **Professor Garcia, da SMAM:** A Câmara de Legislação? Resíduos Sólidos? Não?  
73 Vigilância e Saúde Ambiental?

74 **Assistência:** A Claudia fez um relato, mas ele vão se reunir a primeira vez em abril.

75 **Professor Garcia, da SMAM:** E o da Comissão do (...)?

76 **Ricardo Ayup Zouain, da UFRGS:** Boa tarde. Nós fizemos uma reunião, avaliamos todos  
77 os recursos apresentados e após a avaliação dos recursos nós encaminhamos novamente  
78 para análise e parecer jurídico. Estamos aguardando o parecer jurídico. Uma vez nós tendo  
79 o subsídio do parecer da ASSEJUR nós vamos trabalhar novamente o pedido para  
80 reconsideração. Cumprimentando então o Secretário Paulo Odone que chegou. Nós  
81 fizemos uma avaliação dos processos de reconsideração, avaliamos, reencaminhamos à  
82 ASSEJUR. A ASSEJUR ainda não fez a manifestação. Quando retornarem nós faremos a  
83 manifestação sobre o pedido de reconsideração.

84 **Professor Garcia, da SMAM:** Então certamente na próxima reunião teremos já alguma?

85 **Ricardo Ayup Zouain, da UFRGS:** Teremos parecer.

86 **Professor Garcia, da SMAM:** Obrigado. Bom, então terminou todas as Câmaras Técnicas.  
87 Queremos registrar a presença do Secretário da Copa do governo do estado, deputado  
88 Paulo Odone, ex-presidente do Grêmio e um elemento motivador do projeto Arena. Então  
89 de imediato eu já vou passar para apreciação do projeto Arena do Grêmio. E aí eu gostaria  
90 então que o responsável fizesse a apresentação dentro de todos os membros,  
91 identificasse, para que este projeto, os conselheiros estão lembrados, acho que todos já  
92 presenciaram uma parte dele no ano passado. E agora então, para nós apreciarmos a  
93 questão para aquisição da elaboração da licença prévia, né deputado? Então passamos  
94 para a Marilu.

95 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** Uma boa tarde a todos. Meu nome é Carlos  
96 Bortoli, eu sou coordenador do estudo de impacto ambiental do projeto Arena. Vou trazer  
97 aos senhores hoje aqui alguns resultados desse estudo de impacto ambiental, no conceito  
98 do que foi aquela nossa primeira vinda aqui no ano passado, no final de outubro do ano  
99 passado, de manter esse Conselho suficientemente informado para que ele possa, enfim,  
100 traçar suas diretrizes com relação ao processo. Antes de mais nada vou chamar a arquiteta  
101 Marilu Maraschin, ela é a responsável pelo projeto, pela aprovação do projeto na  
102 Secretaria, primeiro enviou à Secretaria de Planejamento, depois o projeto na Secretaria de  
103 Obras. E ela vai fazer uma passada bastante rápida sobre o projeto em si, as questões  
104 mais arquitetônicas e urbanistas do projeto. Depois eu entro com a apresentação  
105 especificamente do EIA/RIMA, do licenciamento ambiental.

106 **Marilu Maraschin, da Consularq Arquitetura:** Não sei se o pessoal... Vamos ter que nos  
107 posicionar para poder enxergar as lâminas. Boa tarde a todos. O estágio atual do projeto é  
108 o estudo de viabilidade urbanística, que foi apresentado por ocasião do tema de quando foi  
109 emitido o termo de referência e agora o estudo já contém algumas modificações que foram  
110 fruto do próprio estudo de impacto ambiental. Vamos começar então: o empreendimento  
111 proposto através do estudo de viabilidade urbanística, ele é compreendido de um complexo  
112 esportivo, de eventos, de lazer, residencial, comercial e de negócios de caráter  
113 metropolitano. O local proposto no bairro Humaitá/Farrapos/Navegantes, ele é um  
114 somatório de situações favoráveis à implantação de um empreendimento dessa natureza.  
115 O local reúne excelentes condições de acessibilidade e é um local estratégico do ponto de  
116 vista de localização metropolitana. O terreno se localiza as margens da Freeway, entre a  
117 BR-116 e a BR-448 e próximo ao aeroporto internacional, a via férrea, ao TRENURB e ao  
118 porto. A região do Humaitá a partir da localização da Arena, ela passa a integrar o território  
119 que a prefeitura de Porto Alegre está trabalhando para investimentos para a Copa.  
120 Rapidamente a gente pode ver os investimentos que estão previstos do ponto de vista da  
121 mobilidade urbana. Estações do trem: tem melhorias na estação Anchieta. Investimentos  
122 em vias urbanas existentes, que é a duplicação da Voluntários, a duplicação da A.J.

123 Renner, a duplicação da Leopoldo Brentano. Melhorias na Dona Teodora, melhorias na  
124 Ernesto Neugebauer. Intervenções em rodovias: melhorias na BR-116, na Rodovia do  
125 Parque, que é a nova ponte. A ciclovia ao longo da Voluntários da Pátria e desse trecho da  
126 Quarta Perimetral. E melhorias previstas para o Aeroporto Salgado Filho, que é a  
127 ampliação da pista; novos terminais de carga e passageiros e alargamento da Avenida  
128 Severo Dullius. Bom, em relação às restrições que tem que ser atendidas nesse projeto, a  
129 gente tem as restrições da Portaria da Aeronáutica, que são restrições em relação à altura  
130 das edificações. Ali o aeroporto e as restrições que então passam sob esse terreno, que é  
131 a plataforma 73 metros numa parte do terreno em relação ao Aeroporto Salgado Filho e a  
132 plataforma de 64 metros em relação à Base Aérea de Canoas. Toda a volumetria dos  
133 prédios nesse terreno está atendendo perfeitamente à Portaria da Aeronáutica. Esse é o  
134 EVU, o projeto que a gente vai tentar então rapidamente descrever, que ele deu um início  
135 um pouco diferente e já sofreu algumas modificações em função do EIA. O projeto zoneia  
136 todo esse terreno em três grandes áreas, duas mais a leste, que é a maior interface urbana  
137 que o terreno tem com a cidade, onde se localiza então o complexo residencial e o  
138 complexo multiuso ou empresarial. E Um terceiro setor mais ligado aos eixos de  
139 mobilidade, onde se localizará o complexo da Arena. A área construída desse projeto ela  
140 chega a 650 mil metros quadrados, dos quais praticamente um 1/3 se destinam a garagens  
141 e estacionamentos. O complexo da Arena ocupa uma área em torno de 9 hectares e foi  
142 projetada a Arena, está sendo projetado dentro dos modernos conceitos de Arena  
143 esportiva multiuso, atendendo todas as recomendações da FIFA para sediar competições  
144 internacionais. O complexo multiuso empresarial está sobre uma área de aproximadamente  
145 8 hectares e meio, constituído por um hotel com 235 apartamentos; duas torres  
146 empresariais com 448 salas; um Shopping Center com aproximadamente 30 mil metros  
147 quadrados e um centro de convenções com 14 mil metros quadrados. Após o  
148 empreendimento o estacionamento em subsolo, sobre todo o conjunto e um deck parque  
149 em altura com capacidade para 3.500 vagas. Um setor menor, com 6,3 hectares está o  
150 complexo residencial, constituído por 20 prédios que variam em altura de 19 a 22  
151 pavimentos organizados em condomínios. Tem uma base de 6 metros onde estão os  
152 estacionamentos, sobre essa base e sobre o térreo do terreno se localizam as áreas de  
153 lazer e de apoio ao empreendimento. Duas ruas internas foram estabelecidas. Inicialmente  
154 o projeto não tinha esta via aqui, tinha só uma via interna. A partir do estudo de impacto foi  
155 definida uma segunda via interna. Então cada um dos complexos é completamente  
156 rodeado por vias que organizam todos os acessos às diversas atividades do  
157 empreendimento. Todas as vias externas também são vias com rotatórias com capacidade  
158 para organizar todos os fluxos que chegarão nesse local. Tem a vantagem este terreno,  
159 que ele é um terreno que não é meio de cidade, a cidade praticamente termina nesse  
160 ponto aqui que é a Quarta Perimetral. Da Quarta Perimetral para cá, só as atividades do  
161 empreendimento. Existe uma barreira natural que é a barreira da BR-290. Então o trânsito  
162 que penetrar nesta área, é um trânsito que se destina a essas atividades. Não existe nesse  
163 local o trânsito de passagem, que é o que acontece hoje no estádio Olímpico, da Azenha,  
164 onde passa além do tráfego que vai até estádio, todo o tráfego da cidade que vai para a  
165 Zona Sul. Essa é uma vista quem vem da BR-448 com a nova ponte sobre o rio Gravataí e  
166 chegando então na Arena. Então nesta porção mais próxima às BRs o estádio e na  
167 interface com a cidade, os empreendimentos residenciais e comerciais. Aqui uma vista  
168 conceitual do empresarial e dos prédios residenciais. A Arena, o complexo da Arena, o  
169 prédio da Arena terá uma área aproximada de 190 mil metros quadrados dos quais 62.500  
170 se destinam a estacionamentos, conseguirá abrigar 2.330 veículos. O empreendimento  
171 oferecerá aos torcedores um espaço controlado, seguro, totalmente coberto, informatizado.  
172 Para os jogadores, setores de imprensa e transmissão, também há um cuidado especial  
173 em termos de segurança e comodidade. Sob uma base a oito metros de altura, essa base  
174 aqui, tem seis entradas que organizam o trânsito de veículos e três rampas de acesso de  
175 pedestres. Essa esplanada que fica a oito metros de altura que caracteriza o acesso  
176 completo dos pedestres à Arena, separando então, todo o fluxo de pedestres do fluxo de

177 automóveis. Tem outra ligação prevista, uma passarela entre essa praça de pedestres e os  
178 estacionamentos do Shopping. Porque esse empreendimento, tanto o complexo da Arena  
179 como o complexo do Shopping compartilham estacionamento. Significa dizer que quando  
180 não há atividades na Arena, todos os estacionamentos da Arena poderão servir;  
181 complementares ao Shopping, da mesma forma os estacionamentos do Shopping em  
182 atividades da Arena, ajudarão, vamos dizer assim, a criar espaços para os veículos que ali  
183 chegam. Da praça de pedestres, essa praça aqui na esplanada, se tem acesso ao estádio  
184 por 12 entradas. Esse estádio acomodará com conforto, 52.400 torcedores em 04  
185 arquibancadas. A primeira arquibancada, esta aqui, é uma arquibancada para o público em  
186 geral e atende a 20 mil usuários. Acima dela tem uma arquibancada com cadeiras  
187 exclusivas, especiais para aproximadamente 10 mil espectadores, acima tem os camarotes  
188 para mais 2.400 espectadores e no último anel, no quarto anel, tem as arquibancadas de  
189 novo para o público em geral, que acomoda mais 20 mil espectadores. A Arena foi  
190 projetada para dar conforto, segurança e boa visibilidade de gramado para todos os  
191 torcedores que ali chegam. Na parte inferior, junto ao estacionamento se localizam todas  
192 as áreas de jogadores, de apoio à imprensa e todos os serviços de apoio e segurança tais  
193 como: ambulância, bombeiros, etcetera. Agora vamos passar umas imagens: essa é uma  
194 imagem das rampas de acesso à Arena. São três rampas, essa na rua interna, uma na  
195 Voluntários e a outra que cruza por cima da Rua Um, para quem vem do trem; e uma  
196 passarela que liga com os estacionamentos do complexo multiuso. Essa é uma imagem  
197 inicial de quem vem se aproximando pela 290, aqui aquela Rua Um, interna, o hotel, lá nos  
198 fundos o complexo residencial. Essa imagem, quem vem da Voluntários ou da Rodovia do  
199 Parque, aqui ficam as alças de acesso da Rodovia do Parque. Aqui a passarela que passa  
200 sob a Rua Um, que chega num largo público, que vamos dizer assim, vai ser um acesso  
201 preferencial de quem vem do trem, porque vem daquela direção. Aqui uma visão mais  
202 aproximada da Rua Um com a passarela. Um pouco mais longe, quem vem vindo aqui pelo  
203 residencial, aqui tem um largo público aonde chega essa passarela. Aí dois cortes em vista  
204 do empreendimento, marcado aqui a linha do aeroporto, a linha de limite de altura pela  
205 Portaria da Aeronáutica. Então a vista lá pela Leopoldo Brentano e aqui a vista pelo  
206 prolongamento do eixo da A.J. Renner. Esse é um quadro síntese das áreas do projeto que  
207 eu referi e assim a gente encerra a explicação do EVU. Agora eu vou passar para o Carlos,  
208 que vai apresentar de fato, o EIA, os estudos que avaliaram então essa proposta.  
209 Obrigada.

210 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** Obrigado Marilu. A minha apresentação não  
211 é muito extensa, porque ela tem o conceito de trazer aspectos que são de destaque no  
212 diagnóstico na avaliação de impactos deste empreendimento. Então apenas para deixar  
213 bem caracterizado: o empreendedor é o Novo Humaitá Empreendimentos Imobiliários, a  
214 Grêmio Empreendimentos e a empresa OAS Engenharia, aí nos seus dois ramos  
215 Engenharia e Participações Ltda. e Empreendimentos S.A. A execução do EIA/RIMA é de  
216 responsabilidade da empresa Profill Engenharia e Ambiente Ltda., a qual eu represento  
217 aqui, e os estudos de tráfego foram realizados pela empresa Matricial Engenharia  
218 Consultiva. O que eu dizia e já me repetia, essa apresentação tem o objetivo de trazer a  
219 esse Conselho os resultados ou alguns resultados de destaque do estudo de impacto  
220 ambiental do projeto. Serão dados destaque ao diagnóstico na avaliação de impacto  
221 especialmente. Os itens abordados com maior detalhe que a gente vai entrar e vai  
222 esmiuçar um pouco são aqueles que eu na reunião lá de outubro, final de outubro de 2009,  
223 anotei na minha agenda, como já eram perguntas ou questionamentos de alguns dos  
224 conselheiros. Obviamente, a gente não precisa encerrar a discussão aqui. A gente vai ficar  
225 à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Eu vou,  
226 rapidamente, passar por algumas lâminas do projeto, apenas mais por questão conceitual,  
227 para que se faça a associação de que o projeto apresentado pela Marilu efetivamente foi  
228 analisado no estudo de impacto ambiental. A área total do terreno então é de 38 hectares,  
229 a localização já foi mapeada arquiteta Marilu, bairro Humaitá, margens da BR-290, Avenida  
230 Padre Leopoldo Brentano e aqui o que vai ser a continuação da Avenida A.J. Renner. O

231 projeto proposto, complexo todo da Arena, na proximidade da chegada da BR-448. O  
232 complexo Shopping e centro de convenções, o hotel nesse pedacinho aqui e o complexo  
233 residencial mais para o lado leste do empreendimento. Algumas vistas que foram utilizadas  
234 no estudo de impacto ambiental para avaliação de questão de volumetria, elas têm um  
235 caráter um pouco diferente, porque elas precisam avaliar o empreendimento no contexto.  
236 Aquelas que a Marilu mostrou são mais bonitas, enfim, são mais próximas, apresentam  
237 mais os detalhes. Mas as nossas aqui também tinham um objetivo. Uma vista então de  
238 cima do viaduto, uma vista de curta distância de quem vem pela Freeway em direção à  
239 capital e aqui uma vista leste, de leste para oeste dos edifícios residenciais. O que eu dizia  
240 – e já vou adiantando – o importante desse tipo de estudo, desse tipo de modelagem  
241 volumétrica no EIA/RIMA é para que permita, por exemplo, à Secretaria de Planejamento  
242 Municipal definir qual é o tipo de isolamento que vai ser permitido, para que a presença  
243 desse empreendimento residencial, com torres elevadas, traga o menor impacto  
244 volumétrico possível. Uma das diretrizes foi, por exemplo, de que esse muro no entorno  
245 desses edifícios residenciais precise ser vazado. Não o muro, mas assim, o isolamento  
246 precise ser vazado. Bom, aspectos de destaque que estão no EIA/RIMA, já está à  
247 disposição dos senhores, quanto ao meio físico. No diagnóstico havia uma preocupação  
248 bastante grande em detalhar por meio de sondagem geofísicas e análise de qualidade da  
249 água, subterrânea e do solo, as questões de potencial passivo ambiental. Isso foi realizado.  
250 Levantamentos de aspecto de drenagem superficial e hidrologia da área, ruído e vibrações.  
251 Situação do sistema de acolhimento de resíduos e qualidade do ar e clima. Frente a esse  
252 diagnóstico o objetivo era fundamentalmente verificar a presença de um passivo ambiental,  
253 dadas as circunstâncias regionais ali ou micro-regionais, a presença de um antigo aterro  
254 sanitário. As questões relativas à impermeabilização do terreno e o aumento do  
255 escoamento superficial, incômodos sonoros e vibrações advindas do projeto e aqui houve  
256 já, por parte da equipe de combate à poluição sonora da SMAM, a diretriz de que deveria  
257 haver preocupação também com os futuros moradores da área residencial. Isso foi  
258 complementado no EIA/RIMA. Geração de resíduos por conta de impactos e emissões  
259 atmosféricas. A gente vai entrar com um primeiro detalhe dos aspectos de diagnóstico na  
260 questão da presença ou não de passivo ambiental, na presença ou não de resíduos  
261 domiciliares ou industriais. Bom, o primeiro mecanismo que foi utilizado para fazer essa  
262 avaliação foi a realização de sondagens e amostras de solo e água. Ao todo foram 49 furos  
263 de sondagem realizados na área. A gente teve, na locação desses furos, manter as  
264 atividades que existiam lá, até dezembro de 2009. Então foi uma questão bastante  
265 importante a locação desses furos. 49 furos de sondagem e foram instalados nesses furos  
266 de sondagem 49 postos de monitoramento da água subterrânea. Desta investigação foram  
267 coletadas 98 amostras de solo e 49 amostras de água, solo a duas profundidades. Havia a  
268 orientação do termo de referência que se fizesse uma amostragem mais superficial e outra  
269 mais profunda. Para essas amostras foram realizadas análises laboratoriais para mais de  
270 30 parâmetros para cada uma delas. As conclusões que já se podem adiantar é que não foi  
271 verificada a presença de resíduos sólidos domésticos ou industriais nos furos de  
272 sondagem, cada um deles foi amostrado, documentado e visualizado também *in loco* e não  
273 se notou a presença de resíduos. Os resultados das análises laboratoriais para essas  
274 quase 150 amostras também indicaram a presença, sim, de metais, fósforo, DBO,  
275 coliformes, mas em teores aqueles que não sugerem intervenções conforme as listas de  
276 controle e o parâmetro corriqueiramente utilizado nos estudos é o parâmetro da CETESB.  
277 Apenas para ilustrar, eu não vou entrar no mérito técnico dessas informações. A gama  
278 de informações de laudos e análises laboratoriais era tão grande que precisou se lançar  
279 mão de uma ferramenta que se chama geoestatística, para fazer as análises e chegar às  
280 conclusões suficientes. A geoestatística também nos mostrou que aquela amostra era  
281 suficiente. Um dos objetivos de aplicar essa metodologia era saber se os 49 furos, dos  
282 quais 150 amostras, os resultados estariam representando suficientemente aquele local. A  
283 gente fez essa análise e concluiu que sim, aquela quantidade de análise era suficiente.  
284 Aqui também ilustrativo: um perfil do subsolo. Se nós fizéssemos uma trincheira e

285 olhássemos de frente para o que acontece da superfície para baixo, é aproximadamente  
286 isso. A gente tem um aterro areno-argiloso e com pedregulho, típico de restos de  
287 construção civil, aí por aproximadamente dois metros; dois metros e meio. Uma camada de  
288 um material areno-argiloso de uma consistência não muito importante e abaixo dessa  
289 camada, já uns cinco metros ou quatro metros e meio de profundidade, a chamada argila  
290 orgânica com areia, que ela aparece em toda a Zona Norte de Porto Alegre. Uma argila de  
291 consistência mole e que não pode receber fundações e precisa tratamentos especiais com  
292 relação a adensamento. O nível d'água se estabelece basicamente na interface dessa  
293 camada de aterro antigo que se tem ali e a primeira camada do solo natural que vem a ser  
294 esse material mais areno-argiloso. Segundo passo que se fez depois da sondagem, depois  
295 das análises laboratoriais: lançar o empreendimento frente ao que era a área de influência  
296 no antigo aterro Benópolis. Então nesse mapa a gente pode ver essas duas localizações:  
297 em amarelo os limites sob influência do antigo aterro Benópolis. O empreendimento,  
298 portanto, também se localiza fora desse passivo que está lá. A utilização pretérita da área  
299 também foi um indicativo de que os resíduos não estariam presentes ali. O que eu quero  
300 dizer com isso? A área tem um uso consolidado há várias décadas. Aqueles campos de  
301 futebol e a própria utilização do Círculo Operário, com escola técnica e tudo mais e ela tem  
302 isolamento e segurança também há várias décadas. A gente sabe que áreas vizinhas aqui,  
303 tanto aqui como nessa ocupação na vila, podem receber resíduos por conta da falta de  
304 segurança e não isolamento. Aqui havia essa questão especial e essa favorabilidade de  
305 afastar esse tipo de depósito clandestino, muitas vezes clandestino. O terceiro aspecto de  
306 que se lançou mão para que se certificasse a não presença de resíduos foi um estudo  
307 chamado de geofísica. A geofísica tão somente é um método de investigação do subsolo e  
308 que poderia ser, ele é caracterizado como um dispositivo indireto, em que se lança corrente  
309 elétrica no solo e se mede a resistividade que essa corrente elétrica tem de passar pelo  
310 solo. A partir de comparações de padrões a gente consegue definir que tipo de material  
311 está presente nos determinados locais. Então foram realizadas aqui 11 sessões chamadas  
312 de imageamento por esse método, são essas lançadas aqui e 81 sondagens eletro-  
313 resistivas verticais. Os resultados são parte do EIA/RIMA, estão aí disponíveis. Não  
314 detectaram a presença de anomalias ou de resistividade suficientemente baixas no solo,  
315 porque na presença de contaminação e na presença de resíduos a condutividade é maior,  
316 logo a resistividade é menor. Não detectou a presença de anomalias que indicassem a  
317 presença de resíduos sólidos ou industriais. Para não dizer que nada foi visto, junto dessa  
318 sessão 150B, mais ou menos nessa posição do terreno, se viu uma pequena anomalia. A  
319 profundidade dessa anomalia, a quase 15 metros, indicou que é possível até uma falha no  
320 método, por ser indireto. Porque a profundidade era muito grande, estaria abaixo inclusive,  
321 de algumas porções do solo natural, a presença de um potencial resíduo. Esse também é  
322 um dos resultados da geofísica, ela consegue então com os padrões de resistividade que  
323 ela mede no lugar, definir também tipos de material que potencialmente seriam  
324 encontrados. Ela mapeou mais superficialmente três padrões chamados de padrão 1 em  
325 vermelho, padrão 2 em verde e padrão 3 em azul. Esses três padrões, encontrados em  
326 mais ou menos dois metros de profundidade indicam justamente a presença do aterro  
327 variado, de solo, pedregulho e caliça, que a gente também viu na sondagem, nas 49  
328 sondagens realizadas no local, sondagens convencionais. O padrão 4 é um padrão mais  
329 subterrâneo, aqui se nós fizermos um corte, os três padrões estão numa posição mais  
330 superficial. O padrão 4 é justamente solo natural, aqui argila, que eu dizia de consistência  
331 mole, muito mole, que não pode receber fundações e se apresenta por toda, praticamente,  
332 Zona Norte da capital. Disso eu concluo que são, vamos dizer assim, aspectos relativos à  
333 investigação que se fez muito rapidamente dizendo, no EIA/RIMA a gente talvez tenha  
334 mais de 400 páginas discorrendo sobre este assunto. Era um dos assuntos que o  
335 supervisor fez muito destaque dele sempre, o próprio Secretário, a coordenação. Eu  
336 termino expondo esses resultados com relação à não presença dos resíduos naquela área.  
337 O próximo assunto de destaque vem a ser – e que foi levantado na época – a questão de  
338 cotas de terraplenagem, cotas de aterro ou de cortes junto ao empreendimento, visto que,

339 é de conhecimento de todos, é uma zona bastante baixa. O EIA/RIMA produziu um mapa,  
340 que vem a ser esse mapa chamado de: mapa de cortes e aterros ou mapa da  
341 movimentação de terra, em que foram mapeadas zonas ou foram definidas as zonas em  
342 que vai se fazer corte e que vai se fazer aterro no empreendimento. Há uma característica  
343 então de que boa parte do empreendimento se dá com um pequeno corte ou quase que no  
344 nível do terreno, apenas com uma decapagem superficial por conta de material orgânico  
345 que precisa ser removido. E onde há a disposição do estacionamento de subsolo há uma  
346 escavação. O balanço de movimentação de terra então, se tem um descarte de material  
347 que é justamente essa decapagem superficial que vai precisar ser enviada para um aterro  
348 de resíduos inertes de 55 mil metros cúbicos e o empréstimo de material, um aterro ainda  
349 de 65 mil metros cúbicos. Vejam, se fosse possível utilizar esse material superficial como  
350 aterro – infelizmente não – haveria basicamente uma compensação de cortes e aterro no  
351 empreendimento, foi o que a engenharia, o projeto buscou para que a movimentação de  
352 terra fosse a menor possível. Vistos esses aspectos, vamos dizer assim, de destaque do  
353 ponto de vista de meio físico, eu vou passar rapidamente pelo que são medidas  
354 mitigadoras, preventivas ou compensatórias. Que aqui vocês vão ver: estão além daqueles,  
355 porque obviamente o EIA/RIMA tratou de questões não só de solos ou de resíduos, assim  
356 como ruídos, (...) superficial e outras questões de infraestrutura. Para as medidas de  
357 movimentações de terra estão listadas lá no EIA/RIMA uma série de medidas corretivas  
358 que são aplicáveis à fase de obras do empreendimento. Elas têm a ver muito mais com  
359 procedimentos operacionais, de depósito de material à espera de compactação,  
360 recebimento e armazenamento adequados. Há também sugestões específicas ao projeto  
361 geotécnico que deverá ser implantado especialmente por conta da presença daquele,  
362 abaixo do aterro, da presença da argila mole. Nas questões de ruído foi traçado todo um  
363 cenário de geração de ruído, previsão do impacto sonoro de todas as instalações, inclusive  
364 dos espaços abertos frente aos eventos, quanto aos de equipamentos: geradores, as torres  
365 de resfriamento que porventura venham ter ou ares-condicionados. As medidas passam –  
366 sem entrar no detalhe – pelo enclausuramento de equipamentos ruidosos, adequação de  
367 procedimentos de operação para minimização do incômodo. Destacando mais uma vez  
368 que foi diretriz da SMAM que o estudo de impacto ambiental avaliasse também um  
369 potencial incômodo as pessoas que virão a morar lá, visto que uma parte do  
370 empreendimento é residencial também. No que se refere ao escoamento superficial,  
371 impacto a se reduzir em dutos de drenagem superficial existentes. É uma medida que vem  
372 há anos sendo exigida pelo Departamento de Esgotos Pluviários, o amortecimento das  
373 cheias do escoamento provocado pelo empreendimento e vai ser uma das medidas aqui,  
374 ou seja, a implantação do amortecimento de águas pluviais. Também há indicação no  
375 EIA/RIMA de que se a rede da Avenida Leopoldo Bretano for indicada para receber o  
376 escoamento do empreendimento, ela não tem nesse momento capacidade, vai precisar ser  
377 refeito. Do ponto de vista de geração de resíduos: elaboração e implantação de um plano  
378 de gestão de resíduos sólidos e também como uma complementação vinda da equipe de  
379 resíduos, a destinação de uma área para receber um dos programas que a equipe tem  
380 juntamente com o DMLU para receber resíduos. Aspectos do meio biótico. No meio biótico  
381 foram levantados os aspectos de vegetação e fauna. No diagnóstico os levantamentos  
382 completos de flora e fauna, levantamento de expresso interesse para a saúde pública:  
383 insetos, roedores e outras espécies aqui, traçado um zoneamento ecológico com ideia de  
384 conservação. Os impactos que se queria verificar com esse diagnóstico têm a ver aí com a  
385 questão de supressão da vegetação, vegetação em conflito com o projeto; potenciais  
386 impactos sobre ecossistemas presentes. Aqui é preciso que se diga que a ferramenta  
387 zoneamento ecológico sempre trás bons resultados com relação a esse tipo de avaliação.  
388 O que acontece lá; e a gente só não vai entrar no detalhe aqui, enfim, é que o zoneamento  
389 ecológico do terreno em si já é bastante pobre, ou seja, é uma área antropizada e com  
390 atividades consolidadas há bastante tempo e que grande parte da zona de vegetação é  
391 plantada. E também como potencial impacto, até como medida, o atendimento a essa  
392 instrução normativa 22/2007 da SMAM que fala sobre as áreas verdes. Eu vou apenas

393 rapidamente passar na questão da vegetação. Foram identificadas 195 espécies vegetais  
394 no terreno, dessas espécies 46% árvores mesmo e 33% são ervas, são mais rente ao solo,  
395 640 indivíduos arbóreos isolados foram mapeados. Desses, 40% são nativos em número  
396 de espécie e 60% são exóticos e há também a presença de espécies protegidas e imunes  
397 ao corte. Todas as protegidas e imunes ao corte que porventura estão em conflito com o  
398 empreendimento são passíveis de transplante ou de resgate. No todo, dos 640 exemplares  
399 arbóreos isolados, o projeto conflita com 541 dos quais, 497 serão removidos, 43 serão  
400 transplantados e 1 será resgatado. A compensação vegetal associada a essa remoção  
401 aqui é minimizada por conta presença de um grande número de exemplares de exóticas: é  
402 de 9.342 mudas. O segundo aspecto que eu queria destacar do ponto de vista biótico vem  
403 a ser o cumprimento da instrução normativa da SMAM 22/2007. Ela fala ou ela estabelece  
404 essa instrução normativa, os terrenos que recebem os empreendimentos precisam manter  
405 áreas verdes permeáveis, níveis verdes permeáveis. Esse empreendimento atende no  
406 percentual de 21,29% lançando mão daquelas medidas, por vezes lançando mão daquelas  
407 medidas chamadas alternativas, do tipo terraços vegetados, especialmente aqui no  
408 complexo multiuso, em que aí sim, vai para a conta desse percentual somente metade.  
409 Para cada dois metros quadrados de terraço vegetado, vai um metro quadrado para a  
410 conta e áreas vegetadas fora do terreno, arborização de canteiros e tudo o mais, que aí  
411 para cada três metros quadrados de canteiros vegetados fora do terreno, em passeios e  
412 tudo o mais, conta-se um metro quadrado na conta do empreendimento, credita-se um  
413 metro quadrado. Da mesma forma, as medidas mitigadoras, preventivas ou  
414 compensatórias para o meio biótico: tem a ver com a remoção da cobertura vegetal, a  
415 compensação vegetal e os transplantes. Outras indicações que constam do EIA vão desde  
416 a educação ambiental até procedimentos de obras, do tipo cuidado com vegetais  
417 remanescentes. Como medida compensatória frente ao grande empreendimento que se  
418 apresenta: o investimento em unidade de conservação, 0,5% do valor do investimento. No  
419 raio de 10 quilômetros desse empreendimento, a gente tem apenas a aba e o parque delta  
420 do Jacuí. Esse investimento vai ser recolhido pelo empreendedor e vai se dar destinação  
421 para aplicação dele, responsabilidade do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Por fim,  
422 não como medida mitigadora, mas como agora já quase cumprimento, há uma instrução  
423 normativa 20/2007 que precisa ou foi cumprida nesse empreendimento. Foram os dois  
424 aspectos que eu pesquei de dentro das 1.600 páginas do EIA/RIMA para falar sobre o meio  
425 biótico: a questão da remoção de vegetação e a questão das áreas verdes. A gente pode  
426 esmiuçar outros detalhamentos à medida que as perguntas forem sendo feitas depois nos  
427 debates. Quanto ao meio antrópico: os aspectos diagnósticos tratados tinham a ver com  
428 sistema viário e tráfego, especialmente as interfaces com o sistema urbano e rodoviário. Os  
429 carregamentos causados pelas viagens que serão geradas ao empreendimento.  
430 Levantamento funcional e volumétrico do entorno do projeto. A presença ou a carência de  
431 equipamentos públicos para que esse empreendimento também impactando esses  
432 equipamentos públicos traga melhorias e as questões de patrimônio histórico e cultural,  
433 IPHAN e tudo o mais. Os potenciais impactos que se queria verificar é justamente o  
434 aumento de volume de tráfego nas vias do entorno. Há uma questão importante que a  
435 Marilu já levantou mesmo, dizendo que a microlocalização indica que o tráfego gerado para  
436 aquela zona vai ser para atividades do empreendimento. Não há fluxo de passagem, nesse  
437 momento. Mas isso foi considerado nos estudos que a Matricial Engenharia desenvolveu.  
438 O levantamento funcional e volumétrico tinha intenção de verificar as questões de sombra e  
439 volumetria do projeto frente ao entorno. Aumento de oferta e essa parte em equipamentos  
440 públicos, potencial interferência em patrimônio histórico e cultural. Necessidade de  
441 ampliação de vagas em escolas e potencial sobrecarga nos serviços públicos existentes.  
442 As medidas mitigadoras: a gente vai entrar no detalhe depois em duas questões mais  
443 fundamentais, sendo do meio antrópico. As questões de tráfego e as questões dos  
444 equipamentos públicos. Mas no geral, as medidas mitigadoras desse meio abrangem  
445 outros aspectos e são eles do tipo, para melhorias das condições de tráfego. Implantação  
446 das medidas de tráfego: são um conjunto de mais de 12 intervenções que a gente vai ver

447 na sequência. Demandas por equipamentos públicos com investimentos em educação:  
448 construção e ampliação de escolas. A condição de insolação, sombra e impacto  
449 volumétrico teve a ver com ajustes e alterações do projeto. O EIA/RIMA durante a sua  
450 elaboração retroalimentou o projeto e vice-versa, especialmente nessas questões de  
451 impacto urbano. A potencial interferência do patrimônio histórico e cultural é que se siga o  
452 ritual normal de laudo, levantamento ecológico, monitoramento nas obras e resgate, se for  
453 o caso. Sobre as medidas do sistema viário: aqui estão, vamos dizer assim, a lista de todas  
454 que foram sugeridas pelo estudo de impacto ambiental. Elas vão desde a implantação da  
455 avenida A.J. Renner, passando pela implantação de ciclovia, bicicletário, medidas mais  
456 pontuais junto ao empreendimento mesmo até melhoria da geometria de uma série de vias  
457 no entorno. A gente tem uma figura que mapeia – são duas figuras na verdade – não  
458 couberam todas as medidas do tráfego numa única lâmina. Então elas são bastante  
459 amplas, boa parte dessas medidas precisavam ser atribuídas ou listadas no estudo de  
460 impacto ambiental porque o empreendimento funciona apenas com que elas estejam  
461 realizadas. Mas boa parte dessas medidas são programas e planejamentos que a cidade já  
462 tem. Elas são então: reformulação da estação Anchieta, TRENURB e passarela, túnel nas  
463 Avenidas Farrapos e A.J. Renner. A implantação da Avenida A.J. Renner no seu  
464 prolongamento e também no gabarito definitivo em toda extensão. Reformulação na  
465 intersecção aqui da A.J. Renner com uma das principais transversais aqui, que é a Dona  
466 Teodora. Pavimentação asfáltica da Avenida Ernesto Neugebauer. Implantação da pista  
467 leste/oeste da Pedro Boeser, que é continuação aqui da Leopoldo Brentano. Medidas  
468 internas do tipo: ponto de táxi, travessias seguras, bicicletários e cancelas. Alça de acesso  
469 da BR-290 para favorecer a tomada da Ernesto Neugebauer, reformulação da intersecção  
470 entre a Pedro Boeser a ser implantada num dos sentidos com a Ernesto Neugebauer  
471 também e assim por diante. Terminal de ônibus também foi uma exigência da EPTC. Por  
472 fim, reformulação da intersecção da Avenida A.J. Renner e Leopoldo Bretano que vai  
473 receber o seu prolongamento. É um dos nós desfeitos pela EPTC, pela equipe da Matricial.  
474 Ajuste do gabarito e estrutura da própria Leopoldo Bretano e prolongamento da Avenida  
475 Voluntários da Pátria. É a última lâmina que eu tenho para falar um pouco sobre a segunda  
476 questão que me pareceu de bastante interesse para esse Conselho já na reunião do ano  
477 passado, que tem a ver com os equipamentos públicos. Três situações associadas aos  
478 equipamentos públicos são vislumbradas nesse empreendimento. A primeira é a  
479 transferência da Escola de Ensino Fundamental Osvaldo Vergara e da Escola do Círculo  
480 Operário. A Escola Fundamental Osvaldo Vergara vai ser transferida para um terreno  
481 próximo, na Frederico Mentz número 210. Foram as orientações seguidas conforme pedido  
482 pela Secretaria da Educação. A Escola Técnica do Círculo Operário é uma escola privada  
483 que será transferida para outro terreno do Círculo Operário lá na Estrada Costa Gama.  
484 Obviamente ela muda de contexto, muda de clientela, mas vai ser construída integralmente  
485 pelo empreendedor naquele local. Com relação à ampliação de escolas por conta de  
486 demandas adicionais futuras, implantação de 8 salas de aula na Escola Danilo Zaffari e  
487 implantação de 2 salas de aula na Escola Carlos Fagundes de Melo. Esses dois projetos  
488 também já estão sendo tratados no âmbito da Secretaria de Educação. A implantação de  
489 praças foi uma sugestão do DPC/SMAM, de que além das medidas já inseridas no  
490 empreendimento por conta das compensações, se fizesse a urbanização da Praça Arlindo  
491 Pedro, é uma das exigências. Essa foi a apresentação. Daqui a pouco acho que vai se  
492 colocar à disposição para posicionamentos e maiores esclarecimentos. Ela não tinha o  
493 objetivo de trazer, como eu dizia anteriormente, todo o EIA/RIMA, nós poderíamos ficar  
494 aqui a tarde toda. Mas sim alguns aspectos de destaque baseado naquilo que foi a nossa  
495 primeira visita. Muito obrigado.

496 **Professor Garcia, da SMAM:** Não sei se por parte da empresa tem mais algum? Gostaria  
497 então de passar agora também para o deputado, a Rita, a Karla.

498 **Karla Faillace, da SMAM:** Boa tarde a todos, meu nome é Karla Faillace, eu estou  
499 coordenando o licenciamento ambiental da SMAM desde o final do ano passado. O  
500 empreendimento Arena do Grêmio vem seguindo todos os ritos do licenciamento

501 ambiental, principalmente a resolução do CONAMA 237. Eles ingressaram com um pedido  
502 de diretrizes na prefeitura de Porto Alegre em junho de 2008. Na ocasião então foi definida  
503 a necessidade de elaboração de um estudo de impacto ambiental. Foi elaborado um termo  
504 de referência com contribuições de todos os setores da prefeitura, todas as secretarias.  
505 Esse termo de referência foi entregue ao empreendedor em março de 2009. O EIA/RIMA  
506 foi entregue à prefeitura em dezembro de 2009. Esse EIA/RIMA foi avaliado também por  
507 todas as secretarias que compõem a prefeitura. Foram solicitadas complementações,  
508 esclarecimentos ao empreendedor também por diversos setores da prefeitura e essas  
509 complementações foram apresentadas em 3 de fevereiro de 2010. Depois de tudo isso foi  
510 considerado o estudo concluído e marcada audiência pública então para o dia 22 de abril  
511 de 2010. Estamos todos já de antemão convidados a participar. Onde todo estudo será  
512 apresentado em detalhes, todas as avaliações e análises que foram feitas: as medidas  
513 mitigadoras e compensatórias propostas. Obrigada.

514 **Professor Garcia, da SMAM:** Então deixo em aberto para algum esclarecimento, alguma  
515 solicitação. Por gentileza.

516 **Lívia Zimmermam, da UPV:** Obrigada. Meu nome é Lívia Zimmermam, eu represento a  
517 União Pela Vida. Eu morei um tempo em Torres, onde nós temos a Lagoa do Violão e do  
518 lado fizeram um ginásiozinho pequenininho que também está interditado pelo Catarina,  
519 mas que cada vez tinha uma concentração grande de gente lá; começou a abalar o solo.  
520 Eu pergunto: nesse estudo de EIA/RIMA, estando a localização dele bem próximo ao  
521 Guaíba, sendo o solo bastante areno-argiloso; houve um estudo em termos de fundação?  
522 Quantos metros, no caso, vão ter que fazer de profundidade dessa fundação? Para que, no  
523 final das contas, eu não sei qual a capacidade de público em termos de Shopping Center,  
524 em termos da Arena toda, tão próximo ao Guaíba. Qual a estrutura desse solo para que  
525 aguarde tudo isso gente? Eu acho, além do mais mostrou bastante o solo areno-argiloso.  
526 Nossa experiência em Torres foi bastante negativa e eu não sei quantas milhares de  
527 pessoas poderão estar ali em cima. E aí eu pergunto: daqui a alguns anos não poderá  
528 começar a ruir tudo isso?

529 **Professor Garcia, da SMAM:** Pois não. Vamos fazer a cada três, em bloco, senão  
530 individual fica...

531 **Eduino de Matos, da ONG Solidariedade:** Eduino de Matos, da ONG Solidariedade. As  
532 medidas compensatórias que eu vi serem colocadas aqui são todas praticamente em  
533 benefício próprio do empreendimento. Eu quero colocar uma proposta aqui, que 0,5% de  
534 compensação para área de unidade de conservação, eu quero deixar aqui uma proposta  
535 de que seja colocado no cercamento do Parque Saint'Hilaire. Nós temos uma grave  
536 pressão urbana nesse local e esse parque com 1.280 hectares está em risco iminente.  
537 Então eu proponho aqui que se houver o empreendimento, esse capital seja aplicado no  
538 cercamento do parque. O outro ponto é que não foi apresentada aqui pela Profill uma  
539 situação que eu coloquei; uma proposta e que eu mantenho a proposta de que esse  
540 empreendimento apresente junto com o projeto, uma ETE, uma Estação de Tratamento do  
541 Esgoto. Porque a carga produzida para esse local é muito grande, é uma área de charco,  
542 de banhado. A cota quase zero com o Rio Guaíba. Então, eu como cidadão de Porto  
543 Alegre, eu não quero pagar a conta de que esse esgoto todo seja jogado na rede pública  
544 do DMAE. Então eu quero manter a minha proposta: que o projeto apresente uma ETE,  
545 que é o tratamento primário e até secundário. É isso.

546 **José Carlos Vieira, do CMS:** Vieira do Conselho Municipal de Saúde. Eu também vou à  
547 linha igual a que o Eduino colocou; que a gente colocasse, eu também fiz uma proposta  
548 aqui na época que foi apresentado o ano passado. De uma ETE lá também. Também a  
549 gente questionou que na época, e vocês, não vi nem uma apresentação aqui, sobre os  
550 campos de futebol que vão ser desativados dali. Onde vão ser colocados os outros campos  
551 de futebol? Onde vocês vão dar para as pessoas a parte de área de lazer das pessoas  
552 também. Também eu contesto com Escola Técnica de lá. Como a Escola Técnica é uma  
553 escola técnica de lá, a Arena está indo para lá, está tirando a Escola Técnica de lá, embora  
554 que ela seja uma escola técnica particular. Nós vamos manter o pedido nosso que a escola

555 técnica seja mantida na nossa região lá. Tem que ter escola técnica lá na região, porque lá  
556 o pessoal estuda também. O pessoal precisa de curso lá também. Então o pessoal precisa  
557 de que a escola técnica também se mantenha lá também. E esse projeto vai ter que ser  
558 apresentado lá na comunidade, porque a comunidade também está pedindo pelo impacto,  
559 pelo caso que vai causar na região, as suas medidas compensatórias, também. Que eu  
560 acho que eles vão ter que apresentar também para o empreendimento lá.

561 **Professor Garcia, da SMAM:** Tu que respondes?

562 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** Eu vou começar respondendo a senhora  
563 aqui primeiro, com relação à estrutura do solo. Primeiro dando uma informação: são em  
564 torno de 55 mil espectadores o total projetado. A Marilu tinha um número em torno de  
565 52.640, alguma coisa.

566 **Marilu Maraschin, da Consularq Arquitetura:** Fora todos os edifícios, tudo junto.

567 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** Sim. Claro. E com relação às fundações é  
568 um aspecto fundamentalmente de engenharia. Aquelas fundações ali vão ser fundações  
569 profundas. Devem atingir 22, 24, 26 metros de profundidade. Porque elas realmente não  
570 vão poder ser assentadas sobre aquele solo local ou sobre o aterro que existe lá hoje.  
571 Porque ele não oferece suporte. Eu lhe dou exemplo do caso da obra do aeroporto. Em  
572 que todo o aeroporto, inclusive a parte da pista, foi assentada sobre estacas. Eu na época  
573 até visitei a obra, é uma coisa até fabulosa do ponto de vista de engenharia 22, 26, 28  
574 metros de profundidade sobre o que é um substrato que pode receber essa carga  
575 realmente. Porque fundamentalmente o empreendimento não funcionaria se não fosse  
576 assim. Os recalques previstos para fundações periciais ali são bastante grandes. Ainda  
577 mais em função da carga. Se tiver alguém da OAS, os engenheiros, se quiser fazer alguma  
578 observação com relação a essas fundações.

579 **Eduardo Souza Pinto, ambos da Consularq/OAS:** Eu queria complementar um pouco as  
580 suas informações. Eu sou Eduardo Pinto. Eu sou um dos responsáveis pela implantação  
581 do empreendimento e responsável direto pela implantação do prédio da Arena no Humaitá.  
582 Nós já temos hoje um estudo bem mais avançado com referência à fundação do prédio da  
583 Arena. Ela tem já previsto aproximadamente 3.000 estacas e 65 metros lineares de estacas  
584 vão ser cravadas ali para poder dar toda essa segurança que você está temendo, com  
585 muita justificativa. O terreno realmente não é um terreno muito agradável de se trabalhar.  
586 Mas é uma questão puramente de engenharia. É uma questão totalmente controlada,  
587 digamos assim.

588 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** A segunda colocação era relativa ao  
589 investimento. Onde será investido o meio por cento. Acho que é uma questão de diretriz do  
590 licenciamento. Muito bem colocado. A SMAM vai ter mais propriedade para falar sobre  
591 isso. Com relação ao projeto de uma implantação de uma estação de tratamento de  
592 esgotos no empreendimento, eu realmente não esqueci Eduino. Até trouxe aqui impressos  
593 alguns resultados do diagnóstico. Primeiro há a diretriz do DMAE de que os esgotos sejam  
594 dispostos ou lançados na rede pública para que as estações de tratamento funcionem a  
595 plena carga, que é uma questão operacional importante. Segundo: o sistema que vai  
596 operar o empreendimento é o Sistema Navegantes; que engloba entre uma de suas  
597 bacias, a bacia do Humaitá. A ETE/Navegantes, ou ETE/São João na verdade, ela tem  
598 capacidade de tratamento para 444 litros por segundo de esgoto bruto. Isso com os dois  
599 módulos implantado. Há um terceiro módulo com mais 222, o que vai fazer com que a  
600 capacidade ali passe de 600 por segundo. E atualmente ela opera a 240 litros por segundo.  
601 O empreendimento aqui todo aqui deve gerar em torno 20 litros por segundo. Então não se  
602 justifica a presença de uma estação de tratamento de esgotos até por conta das questões  
603 operacionais, de licenciamento. Assim, há uma questão importante quanto à  
604 descentralização desses tratamentos. Não vimos no âmbito de estudo de impacto  
605 ambiental essa necessidade. Eu te respondo isso, enfim, posso-te complementar se tiveres  
606 outra dúvida. Com relação à escola técnica na região: a diretriz é que ela seja implantada  
607 num outro local, existe inclusive projeto já tramitando para aprovação. É uma questão muito  
608 da negociação do empreendedor com o Círculo Operário, que é proprietário dessa escola.

609 Eu acho que pode ser, talvez deva ser uma demanda local. Não só para esse  
610 empreendedor, mas também para o Círculo Operário. Porque essa escola está sendo  
611 construída numa outra área do próprio Círculo Operário afastada daquele local.

612 **José Furtado, da SMAM:** Furtado, supervisor do Meio Ambiente. Na verdade a questão do  
613 meio por cento sobre o valor total do empreendimento ele é lançado pelo CONAMA  
614 diretamente para a área de conservação, unidade de conservação mais próxima. Então  
615 esse dinheiro tem; esse recurso tem que ir de fato para aquela área. As formas de outros  
616 tipos de compensação então poderiam ser feitos e abalizados para diferentes demandas  
617 do município de Porto Alegre. Mas nesse caso específico; esse meio por cento já é  
618 específico para uma unidade de conservação.

619 **Júlio César, da ONG Solidariedade:** Boa tarde, meu nome é Júlio César. Eu também sou  
620 da ONG Solidariedade; sou suplente do Eduino. Eu vou voltar à questão do solo. Esse solo  
621 que tem 1/3 da área do terreno é solo argiloso, é isso?

622 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** Toda a área do terreno passado o aterro...

623 **Professor Garcia, da SMAM:** Só um pouquinho, depois responde...

624 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** Desculpe.

625 **Júlio César, da ONG Solidariedade:** É? Toda a área do terreno? Não, minha  
626 preocupação é a seguinte: pelo que a gente conhece aí, da vivência da gente, é que esse  
627 tipo de solo é muito pouco permeável. Então a questão: acho que não seria mais a  
628 fundação, mas seria a permeabilidade desse solo e a possibilidade dele reter água. Que a  
629 água, solo argiloso tem essa característica. Eu não fui à área. Passei por fora. Eu não sei  
630 se hoje lá existe alguma área alagada. Porque se existe uma área alagada e o solo é  
631 argiloso é porque ele retém água. Não é que seja afloramento de água. Eu acho que essa  
632 questão tem que ser estudada com muito cuidado mesmo, porque isso aí a gente já viu a  
633 experiência em outros estados. No Rio Grande do Sul ainda não, mas em São Paulo, de  
634 prédios inteiros que penderam para o lado, porque a fundação foi feita em lugar  
635 inapropriado. Eu não sei. Realmente de engenharia eu entendo muito pouco. A minha área  
636 é direito e direito ambiental. Mas eu sei que o solo argiloso não é permeável, então não sei  
637 essa questão como fica.

638 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões do Lago Guaíba:** Gilson Tesch. Eu gostaria de saber o  
639 que foi citado ali: as questões de que se existe ali alguma nascente de água, algum  
640 córrego natural; se existem banhados naturais no local. E a questão, como eu posso dizer?  
641 A origem desse aterro. Isso me apavorou muito: 60 mil metros cúbicos de aterro. Isso dá o  
642 quê? Dá a metade de um morro de Porto Alegre, digamos, que seria de saibro esse aterro,  
643 provavelmente. Então essa origem é o que está me preocupando muito agora. A origem do  
644 aterro. Lugar para o bota fora, para dispensar esse aterro? Existem bastantes lugares que  
645 a gente pode encontrar em Porto Alegre. Mas a gente tirar esse aterro me preocupa  
646 bastante. Não foi mencionado de onde. Acho que no estudo já deveria mencionar de onde  
647 será retirado esse aterro. Essa é a minha pergunta fundamental.

648 **Elenora Serralta, da PGM:** Meu nome é Eleonora Serralta, eu sou da Procuradoria Geral  
649 do município, sou intrusa aqui hoje. Sou convidada apenas. Eu fiquei curiosa na verdade,  
650 com essa pergunta dele. Ele mostrou ali 65 mil e ele disse que não podia ser compensado.  
651 Minha curiosidade é porque, talvez fosse um esclarecimento interessante.

652 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** Com relação à permeabilidade do solo:  
653 realmente essa argila é muito pouco permeável. O nível d'água inclusive se estabelece  
654 justamente na interface entre o que é o aterro que foi lançado sobre o solo natural e o solo  
655 natural. O que se pode depreender que se não houvesse o aterro, nós teríamos o nível  
656 d'água praticamente na superfície. As implicações dessa baixa permeabilidade são  
657 também implicações de engenharia e que o projeto geotécnico de fundações vai ter que se  
658 virar para que as coisas funcionem do ponto de vista da engenharia. Um dos dispositivos  
659 que certamente vai ter que se lançar mão é o que se chama de realizar um adensamento  
660 ou um pré-adensamento nessa argila, por meio inclusive de sistemas drenantes que  
661 permitam tirar água de dentro dessa argila, para que ela adense e no futuro possa receber  
662 carga sem se movimentar muito. Então a questão da permeabilidade dessa argila é

663 realmente muito baixa. E é só mais uma questão de engenharia mesmo que precisa ser  
664 resolvida. Com relação à presença de banhados naturais e nascentes. Eu acho que é uma  
665 boa pergunta, talvez eu devesse ter trazido mesmo já aqui; algumas colinhas que eu fiz  
666 aqui, mas não quis colocar na apresentação. Não foram encontradas na área diretamente  
667 afetada, áreas de preservação permanente. As únicas áreas associadas a recursos  
668 hídricos presentes na proximidade é um canal executado do DEP, que é paralelo à BR-  
669 290. E umas drenagens dos campos de futebol. Então não encontramos nascente, não  
670 encontramos curso d'água. Tenho mais duas aqui, com relação à origem do aterro: esse  
671 aterro precisará ser comprado de jazidas licenciadas. Muito provavelmente 65 mil metros  
672 cúbicos assustam um pouco. Mas não é tanto metro cúbico assim. Se a gente visitar  
673 qualquer dos condomínios no litoral, por exemplo, que também é uma região muito baixa,  
674 qualquer um deles ali aterrou 35, 40 mil metros cúbicos com areia e também comprou o  
675 material em jazidas da região. Então precisará comprar de jazidas licenciadas, precisará  
676 atestar a origem do material depois, por conta das licenças que a SMAM ainda vai dar.  
677 Licenças de operação e tudo o mais. É uma das condicionantes mais típicas da licença  
678 instalação, comprovação; depois para a obtenção da licença de operação da origem dos  
679 materiais de empréstimo. Empréstimo nem tanto, em materiais que se compra e não se  
680 devolve, vamos dizer assim. Com relação à cota de aterro, o que acontece na verdade é  
681 que todo o terreno é muito plano. Então há uma camada superficial que precisa ser  
682 removida. Eu não me recordo, aquela conta foi feita para 20 ou 25 centímetros ou 20  
683 centímetros, que é uma camada orgânica e não serve para preencher os espaços de  
684 nivelamento de cota de projeto e há também uma porção, sim, que vai ser utilizada que é  
685 aquela que vai ser escavada, onde receberá o estacionamento de subsolo. Esse já está na  
686 conta; a gente tem um detalhamento bastante grande lá no EIA/RIMA desses volumes de  
687 cota de aterro para cada um dos micro-empresendimentos. Aquele ali é o balanço  
688 realmente, se fez todo um exercício para que se fizesse a menor compra possível de  
689 aterro. Até porque é uma questão comercial, financeira aí envolvida. Quanto menos precisa  
690 comprar de aterro, melhor.

691 **Professor Garcia, da SMAM:** Gilson, não, eu sei, mesma metodologia. Depois.  
692 Casualmente dos que falaram até agora, 10 querem colocar de novo. Gostaria de saber se  
693 os demais conselheiros têm algum questionamento? Não havendo então aqui.

694 **Lívia Zimmermam, da UPV:** Em relação àquilo que foi falado no caso de fazer uma  
695 profundidade de 22 a 26 metros de profundidade, no caso para fundição. A população, as  
696 residências ao redor não poderão ser afetadas? Em balneário Camboriú quando  
697 começaram a fazer os prédios altos dentro da cidade, as rachaduras nas casas iam de fora  
698 a fora. Tiveram que abandonar várias casas; tiveram que vender porque não havia mais  
699 condições de morar naquelas casas. Bem, coloco: está muito bem, 22 a 26 metros de  
700 profundidade. Mas há que se pensar na população do entorno.

701 **Eduino de Matos, da ONG Solidariedade:** Retornando então à questão do meio por  
702 cento. Considerando então que o Parque Estadual Delta do Jacuí está lá e é estadual,  
703 esse empreendimento obedece restritamente, é para obedecer restritamente o plano diretor  
704 de Porto Alegre. Esse empreendimento é municipal. O nosso parque Saint'Hilaire é uma  
705 propriedade do município de Porto Alegre. Administrado totalmente com o nosso dinheiro  
706 público através da SMAM. Então visando todas essas questões do supervisor, que é  
707 catedrático em direito, eu quero contestar de que a prioridade que eu coloquei, eu não abro  
708 mão, os 1.280 hectares que nós temos aí, é o maior parque urbano do Brasil, está em  
709 pleno risco da pressão urbana. Então é iminente o problema lá. Então eu quero reforçar a  
710 questão de que juridicamente pode ser aplicado lá, sim, no fechamento desse parque. E eu  
711 quero manter minha proposta, que eu acho que juridicamente nada implica. É isso.

712 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões do Lago Guaíba:** A gente está falando basicamente de  
713 um empreendimento em cima de uma área de banhado, certo? Eu lhe perguntei se  
714 existiam nascentes, se existiam arroios ou banhados. O senhor não me respondeu a  
715 terceira característica. Existem banhados. Na verdade a gente está falando de banhado, se  
716 é um banhado é uma APP protegida pelo Código Estadual do Meio Ambiente. Então

717 deveria ter alguma compensação pela APP. Ou qual é o tipo de intervenção que vai ter na  
718 APP. É essa a questão: é uma área de banhado. Aqui está claro para todos que é uma  
719 área de banhado.

720 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** Ainda com relação à base de  
721 questionamento relacionado à execução das fundações, eu preciso insistir:  
722 fundamentalmente é uma questão de engenharia. E se há impacto sobre fundações  
723 vizinhas, há problema na execução das fundações. Não pode acontecer. Hoje e de  
724 bastante tempo existem métodos, inclusive um dos métodos utilizados para as fundações  
725 do aeroporto foi um método chamado hélice contínua, é uma hélice que é cravada no solo,  
726 que à medida que ela é cravada ela já remove o material, e à medida que ela é trazida de  
727 volta, ela já preenche a cavidade com a fundação que vai ficar ali. Isso basicamente não  
728 tem implicação nenhuma; mais do que dois metros de distancia ou três metros de distância.  
729 Claro, dispositivos cravados, tipo estacas cravadas, que eu não sei ainda qual é o sistema  
730 de fundações do empreendimento, é um detalhe já do empreendimento. Mas assim,  
731 sempre que uma fundação vizinha é afetada por um projeto de fundações, há problema na  
732 execução do projeto de fundações. Isso fundamentalmente precisa ser resolvido mais uma  
733 vez pela engenharia. Não pode acontecer realmente. Com relação à presença de  
734 banhados, Gilson. Não é o entendimento da equipe que isso seja um banhado como está  
735 lá. Quer dizer, já é uma área consolidada, impactada, de muito tempo. Há um aterro em  
736 toda região do Humaitá. Se nós considerarmos aquela área como banhado, toda a margem  
737 da BR-290 ali, no que se refere ao limite para dentro de Porto Alegre seria um banhado.  
738 Então não foi esse o entendimento. Faltou dizer então no entendimento e no que está na  
739 caracterização do EIA/RIMA, não existe banhado, não existem corpos hídricos naturais,  
740 nem nascentes no local.

741 **José Carlos Vieira, do CMS:** Eu não fiquei contemplado, não fiquei contente com a  
742 resposta que tu não me deste sobre os campos de futebol e também queria colocar uma  
743 pergunta também: as arvores que vocês vão, que vai ser arrancadas, for removida, onde  
744 que vocês vão plantar? As árvores têm que ser plantadas no entorno. As medidas  
745 compensatórias, por causa do impacto do estádio que vai para lá, elas têm que ser para o  
746 entorno daquela comunidade lá. Por causa que a gente teve um bom exemplo, quando foi  
747 implantado o Terra Ville para nós lá. Teve gente que veio de todos os lugares lá, levando  
748 as medidas compensatórias, que não tinha nada a ver com a nossa região. Então eu acho  
749 que as medidas compensatórias que o estádio tem que dar para a comunidade tem que ser  
750 para o entorno da comunidade, por causa do impacto que vai causar lá para aquela  
751 comunidade.

752 **Mauro Rosa de Paula, da SMS:** Mauro da SMIS. Eu só queria aproveitar a presença de  
753 todos os técnicos que estão aqui para tirar uma curiosidade que não serve só para esse  
754 empreendimento. Eu acho que para todos os outros grandes empreendimentos, eu acho  
755 que vai tirar essa dúvida que eu tenho. Inclusive aproveitando os técnicos da própria  
756 prefeitura. Como eu moro próximo a Shopping, quero saber o seguinte: grandes  
757 empreendimentos têm que prever área de lazer para as pessoas, até para se integrar com  
758 a comunidade? Porque eu não vi no projeto ali – não sei se está em outro lugar – sem  
759 querer aproveitar o que já é existente, entendeu? O que já é espaço público, consolidado,  
760 já feito pela prefeitura. Então quero saber se cada empreendimento, não só nesse ou como  
761 qualquer outro, para fazer um Shopping, seja o que for; se ele tem que prever algum  
762 espaço para a comunidade, de lazer, como inclusive a quadra poliesportiva, ou sei lá, como  
763 o colega lá falou, o conselheiro. E a outra questão – sempre reforçando que eu moro perto  
764 de Shopping – quando as construções são feitas, há uma previsão de demanda de  
765 veículos que ali vão aportar. É um pólo gerador de demanda. Então, muitas vezes o que  
766 aconteceu – vou falar do Praia de Belas que é onde eu moro – quando foi feito o projeto,  
767 não haviam cancelas e foi prevista uma série de vagas para comportar a demanda. Bom, já  
768 o comprimento de fila dos carros que ingressavam, já ocupavam parte da via pública. Então  
769 o espaço público servindo a parte privada. Quando colocaram a cancela então esse  
770 comprimento de fila aumentou muito também. Então eu penso o seguinte: como vai ser

771 essa questão de estacionamento, área de acumulação de veículos com a cancela, porque  
772 provavelmente vai ser cobrado, eu acho, o estacionamento ou questão de segurança vão  
773 ser colocadas cancelas. Área de acumulação de veículos, por quê? Porque toda  
774 sinalização é feita em torno do que vai acontecer. E as pessoas que não, se for cobrado no  
775 caso, que não quer se sujeitar a tal cobrança; ocupa o espaço em torno, causando caos no  
776 entorno da comunidade. Então eu queria saber isso aí. E por isso que eu falei por causa do  
777 espaço. Porque de repente ao invés de fazer os prédios ali, fazer área de lazer e área de  
778 estacionamento para que não atrapalhe a comunidade do entorno.

779 **Professor Garcia, da SMAM:** Depois então a gente não tem mais perguntas, a gente fazer  
780 as respostas e os encaminhamentos. Vicente.

781 **Vicente Medaglia, do Instituto INGÁ:** Sobre a compensação pela unidade de  
782 conservação, eu acredito também que seria possível a prefeitura apresentar essa demanda  
783 para a Câmara de Compensação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Mas acredito  
784 isso é realmente uma preocupação, nós temos que ter uma atenção. Porque aquela  
785 Câmara, o dinheiro está sumindo. É mais uma das barbaridades, das ilegalidades que o  
786 governo do estado está realizando. Pena que o deputado Paulo Odone não está aqui;  
787 gostaria que ele ouvisse isso. Então Eduino, acho que é uma demanda legítima. Mas nós  
788 temos que botar o olho lá em cima, naquela Câmara lá. Está sendo investido no lugar  
789 errado. Não é onde a lei determina.

790 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** Respostas. Com relação à implantação da  
791 vegetação no entorno, juntamente com a licença instalação a Secretaria de Meio Ambiente  
792 vai conceder um documento que se chama termo de compromisso de compensação  
793 vegetal e ali ela vai estabelecer onde, ou até na verdade, qual é a forma de fazer essa  
794 compensação. Há previsão de plantio de 9.342 mudas e isso pode ser convertido em outro  
795 tipo de material. É a cargo da Secretaria. Eu acho que a Secretaria bem ouviu e fica  
796 registrado, vamos dizer assim, a sua demanda. Com relação ao impacto sobre  
797 equipamentos urbanos, equipamentos públicos, afora algumas medidas que a gente tem  
798 no EIA/RIMA, o empreendimento prevê, ou seja, pela lei de particionamento do solo pelo  
799 próprio plano diretor, é previsto que 20%; o equivalente a 20% em área do terreno  
800 urbanizado deve ser doado à prefeitura municipal pelo empreendedor como ressarcimento,  
801 como compensação nos impactos sobre equipamentos públicos. A questão é que...

802 (...)

803 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** Não, não estava aqui, é um dos detalhes. A  
804 Marilu arquiteta que trata do assunto do EVU talvez tenha até mais propriedade para falar  
805 sobre isso. Então esses 20% vão ser do valor em área de terreno urbanizado, terreno  
806 pronto, não de terreno como foi comprado. Vai ser doado pelo empreendedor à prefeitura.  
807 E a prefeitura vai definir onde ou quais são as áreas que vão receber essa verba. Parte  
808 dela vai para construção de escola, parte dela vai para implantação de praça, parte dela vai  
809 para enfim, outras questões aí.

810 (...)

811 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** Não 20% do particionamento do solo. Com  
812 relação à área de entrada de estacionamento, presença de cancela, ocupação de espaço  
813 público para acumulação. Não sei se o André teria condições de falar um minutinho para  
814 nós sobre isso. É o responsável pelo estudo de tráfego, circulação e acessibilidade.

815 **André Pinto, da Consularq/OAS:** A área de cancela foi estudada, a área de acumulação,  
816 tudo isso está definido. Está estudado e está dimensionado para absorver o tráfego que vai  
817 chegar. No entorno do estádio a gente acrescentou uma faixa mais de tráfego que vai  
818 servir exclusivamente como uma área de suporte para as entradas e saídas do  
819 estacionamento do estádio. As áreas e saídas do Shopping Center também estão sendo  
820 dimensionadas para suportar a chegada e a saída do veículo, assim como a quantidade de  
821 cancelas. Diferentemente do Praia de Belas, como tu disse, não foi projetado para ter  
822 cancelas e ter cobrança. O Shopping e a entrada da Arena já está projetada com a ideia  
823 que vão existir cancelas. E por isso se pode dimensionar mais adequadamente a  
824 capacidade. Agora, se não for proibido estacionar na linha do entorno, não existe como o

825 empreendedor obrigar as pessoas a pagar pelo estacionamento. Isso é mais uma política  
826 pública, de proibir e fiscalizar a proibição de estacionamento, onde o estacionamento de  
827 veículo for um entrave para o uso da comunidade, aí é prejuízo. Não tem nada que a  
828 empresa possa fazer. O número de vagas que está sendo projetada, inclusive do ponto de  
829 vista de circulação e acessibilidade pode ser considerado até excessivo. Porque está  
830 concentrando muito veículo numa área muito próxima. O ideal seria que os  
831 estacionamentos ficassem mais distantes da Arena, para justamente diluir a saída e a  
832 chegada de público. Porque as pessoas caminham, não vai chegar a 10 mil veículos ou 5  
833 mil veículos no mesmo instante do sistema viário. Mas a gente está atendendo as  
834 necessidades e as recomendações da prefeitura nesse estudo.

835 **José Furtado, da SMAM:** Furtado, supervisor do Meio Ambiente e suplente da  
836 presidência. Respondendo ao conselheiro Eduino. Parte do parque Delta do Jacuí é de  
837 nossa jurisdição. Está certo?

838 (...)

839 **José Furtado, da SMAM:** Não, não, eu não sou o doutor especialista, conselheiro. Mas  
840 assim: realmente parte da administração e competência do parque Delta do Jacuí é da  
841 SMAM, é do município. Lembrando também a consideração, lógico, no geral é unidade de  
842 conservação. Mas não pode se esquecer desse fato: parte dele é nosso, do município de  
843 Porto Alegre.

844 **José Carlos Vieira, do CMS:** Lá é prioridade.

845 **José Furtado, da SMAM:** Sim, com certeza. Mas também nós temos que ver; não se  
846 esquecer da questão também da questão do TCDs, o secretário estava lembrando aqui. É  
847 um volume expressivo que vai servir para uma série de outros lugares quanto a recursos  
848 financeiros.

849 **Professor Garcia, da SMAM:** Inclusive só para saber assim, essa região já está sendo  
850 revitalizada agora também pelo projeto Entrada da Cidade. Tem 25 praças, todas na  
851 Farrapos ali, Humaitá, todos aqueles quadradinhos que têm ali, todas elas já foram orçadas  
852 para recuperação. Entra aí nesse ano e até o final do ano, todas elas já estarão  
853 reformadas. Ademais, o antigo SESI, ali na A.J. Renner, também ali vai ser um complexo  
854 de quase 11 mil metros quadrados, que está numa área de praça, mas vai ser  
855 transformado na realidade num centro comunitário. Porque vai ter ginásio de esportes,  
856 campo de futebol. Então isso aí vai ser entregue também numa outra forma. Nada a ver  
857 com isso aqui. Mas estou dizendo: na região, toda região já tem uma questão. Tu falaste a  
858 respeito do entorno. Eu tenho discutido muito e que quero colocar para ti que foi uma das  
859 primeiras atitudes que eu tomei quando assumi a Secretaria. E não pretendo retornar a  
860 esse tema. Mas o que eu quero dizer? A primeira praça que nós recuperamos aqui em  
861 Porto Alegre foi aqui na Chácara das Pedras. E o que eu me deparei? Que se nós  
862 ficássemos só no entorno: Restinga, Humaitá são exceções agora. Mas Rubem Berta, a  
863 grande maioria da periferia de Porto Alegre não ia ser contemplada. Porque lá  
864 praticamente não existem grandes investimentos. Então na realidade o entorno sempre tem  
865 alguma coisa, mas também nós estamos colocando para outras regiões da cidade que não  
866 tem nada. Então, por exemplo, na Restinga já foram quatro praças revitalizadas, uma obra  
867 especificamente da Restinga. Porque senão tu não consegues fazer justiça social se não  
868 for dessa forma. Então eu quero dizer o seguinte: isso é uma coisa que enquanto eu estiver  
869 Secretário não vou abrir mão. Podemos, guardadas as considerações, tu colocaste a  
870 questão do campo de futebol?

871 **José Carlos Vieira, do CMS:** Esse aí eu não recebi resposta ainda.

872 **Professor Garcia, da SMAM:** Alguém do empreendimento teria alguma questão para  
873 colocar dos campos de futebol?

874 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** Eu posso falar alguma coisa na verdade.  
875 São 18 campos. Mas olha só: eles são campos privados...

876 **Assistência:** A outra vez vieram com uma resposta diferente.

877 **Carlos Ronei Bortoli, da Profill Engenharia:** Eles são campos privados e todos alugados.  
878 Inclusive uma renda que girava em torno de R\$ 70.000,00 por mês para o Círculo do

879 Operário do aluguel daqueles campos. Então referente a não existência de atividades mais  
880 lá, as pessoas pagavam para usar aquele serviço vão ter que pagar para usar esse serviço  
881 em outros locais. Eu pessoalmente conheço uma série de campos de futebol indoor,  
882 naquela região, que são de preço equivalente ou até mais barato te diria. Não há uma  
883 previsão de implantação desses campos de futebol na redondeza por parte do  
884 empreendimento.

885 **Professor Garcia, da SMAM:** Qual é que tu tinhas levantado? A questão; bom, essas  
886 questões que não estão; elas não entram. Certamente vai aparecer e eu te conheço, sei  
887 que tu vais estar lá na audiência pública junto com a comunidade. Queremos registrar a  
888 presença também do conselheiro do Grêmio, vereador Pedro Ruas, diz que não está aqui  
889 pela câmara, está como conselheiro. Está pelo empreendimento também?

890 **Vereador Pedro Ruas, do Grêmio Empreendimentos:** Lá na câmara não houve decisão  
891 nesse sentido

892 **Professor Garcia, da SMAM:** Não houve decisão, então tá bom, mas vereador é vereador  
893 em qualquer lugar. Deputado Paulo Odone, inclusive Vossa Excelência não estava aqui,  
894 mas foi citado, está degravado: uma preocupação com a questão do Delta do Jacuí. Não.

895 **Assistência:** Uma câmara de compensação.

896 **Professor Garcia, da SMAM:** Uma Câmara de Compensação, que está preocupada, a  
897 questão dos recursos que poderiam ir, da SEMA, poderiam ir para isso aí. Não, mas aí o  
898 recurso vai ficar em Porto Alegre.

899 **Deputado Estadual Paulo Odone, Secretário Estadual da SECOPA:** Boa tarde a todos;  
900 quero agradecer o convite, inclusive do Secretário, para participar dessa reunião. Eu me  
901 sinto comprometido com esse projeto por duas razões bem fortes. Uma pelo Grêmio, que  
902 eu muito pessoalmente me empenhei e tenho convicção na necessidade de sair, para o  
903 Grêmio fazer um upgrade, para Porto Alegre sob o ponto de vista de futebol. Tem dois  
904 grandes clubes, com dois títulos mundiais, não é qualquer cidade que tem isso aí. Isso vai  
905 nos ajudar muito agora na hora da Copa 2014, para trazer para nós a nossa tradição com a  
906 paixão do futebol do brasileiro. E a nossa tradição de bem hospedar. Afinal esse estado foi  
907 formado aqui e é composto hoje por mais de oito grandes etnias que participam aqui. A  
908 gente se orgulha disso, de uma convivência sem nenhuma discriminação em nada. Então  
909 apostar num estádio como esse estádio do Grêmio que vocês estão vendo aqui sob o  
910 ponto de vista do meio ambiente, mas o projeto dele todo é talvez o mais moderno do  
911 mundo. Nós fizemos com todas as exigências da FIFA. E mais do que isso, da UEFA. Com  
912 toda segurança para saída de público, entrada de público, circulação para os jogos. Não  
913 tem ponto cego neste estádio. Ele foi feito com todo modernismo. E a gente, pelo que saiba  
914 e espera, a empresa OAS possa nos detalhar o projeto, aplicar aqui, porque já  
915 conversamos, mandamos usar toda a tecnologia moderna para ele ser o máximo  
916 econômico em matéria de consumo de energia, enfim, do equilíbrio ecológico, quem sabe  
917 conseguir fazer. Eu tenho a segunda razão é que como Secretário Extraordinário da Copa,  
918 a gente conta com esse equipamento para a Copa do Mundo. O Beira-Rio está escolhido  
919 como estádio para sediar os jogos da Copa. O Internacional se comprometeu ele, como  
920 entidade privada, de fazer essa reforma, que sai cara, que é difícil de fazer. Está  
921 comprometido com isso e a FIFA faz em dezembro de 2012 inclusive aqui um último check-  
922 up da situação de Porto Alegre para dizer: tem energia sim. Tem. A gente está resolvendo  
923 isso até com empréstimo no BID de 333 milhões. Tem saneamento? Tem. O projeto PISA  
924 está fazendo isso. Porto Alegre vai ter o orgulho de ter 77%. Vai olhar a questão do que  
925 nós dissemos: de estádio, de lugar de treinamento. O estádio do Beira-Rio espero que  
926 esteja pronto. De qualquer maneira, a Arena, pelos prazos que estão previstos, deverá  
927 estar pronta. Quer dizer, após essa audiência e a audiência de abril, a empresa tem a  
928 possibilidade de já ter a licença prévia. Enquanto ela cumpre o ritual para ter a licença  
929 definitiva, ela já pode encaminhar no BNDES o projeto do financiamento, que é o que  
930 garante realmente que a gente tenha isso concluído dentro dos prazos. Então Porto Alegre  
931 vai poder ter antes da Copa do Mundo, de se ostentar que vai ter pelo menos dois  
932 estádios. Se isso tudo vai bem, vai Arena. Quando nós fizemos isso, eu me comprometi

933 com a cidade. Tudo que a gente quer é que esse estádio seja um fator de desenvolvimento  
934 numa região que ficou extremamente abandonada e degradada. Separada fisicamente por  
935 trilhos da viação férrea antigamente e depois pelo TRENSURB. Essa é a realidade. E a  
936 zona passou a ser quase como uma zona de exclusão da cidade. E a gente espera que  
937 esse empreendimento, e os estudos que a gente tinha e quando os holandeses que  
938 estiveram aqui conosco no Grêmio olhando a cidade por cima, sobrevoaram e viram e  
939 depois foram a pé andar lá e viram: a última área que sobra aqui nessa área de periferia,  
940 mas ainda interna e estratégica; porque nós fizemos pesquisa e dava 53, 54% do público  
941 que ia ao Olímpico nos grandes jogos que lotavam, são de fora de Porto Alegre, da região  
942 metropolitana, da serra, de longe. Para eles é muito mais próximo. Vocês viram ali, como  
943 essa Rodovia do Parque, a 448 Federal vai cair em cima, do lado do estádio. Então o  
944 sujeito vai sair do estádio e já está na estrada. Eles levam hoje do Olímpico até chegar ali,  
945 num jogo grande, noturno mais de duas horas para sair no seu ônibus ou no seu carro.  
946 Eles vão sair dali, vão chegar à sua cidade em menos de duas horas. Então a primeira  
947 coisa que o holandês nos disse: é fantástico, porque não vai interferir no trânsito e na  
948 poluição da cidade, interna. Realmente ele fica numa situação privilegiada sob esse  
949 aspecto. Na beira de uma via expressa, mas com comunicação para sair para fora sem  
950 interferir no trânsito da cidade, no que se chamou aqui, a própria poluição que isso gera.  
951 Então eu acho que o estádio é estratégico. Eu gostaria que ele contasse com a parceria  
952 toda. Eu tenho recebido do 4º distrito – não é assunto daqui – mas já que foi tocado, eu  
953 venho à reunião da audiência pública; o pessoal do 4º distrito, da sociedade, os pequenos  
954 empreendedores ali de Navegantes, eles estão pedindo: mas será que é verdade? Vai sair  
955 isso? Porque isso vai melhorar a qualidade de vida daqueles bairros no entorno e vai exigir,  
956 além dessas obras, duplica aqui a estrada, etcetera. Vocês vão ver que vão vir pela 448 e  
957 vão sair na 3ª Perimetral, que hoje está assim o Viaduto Leonel Brizola que meio que ligou  
958 por cima dos trilhos, mas não solucionou ainda o trânsito e o acesso desse bairro. Isso  
959 deverá acontecer. Então eu não quero encompridar, porque esse assunto deixa já de ser o  
960 do meio ambiente. Mas vocês podem ter certeza que a gente tem preocupação. A empresa  
961 OAS sabe disso, eu não estou na diretoria do Grêmio, mas estou sempre perguntando,  
962 questionando, fiscalizando e perguntando por isso. Me aparecem pessoas na Secretaria da  
963 Copa, querem vender energia alternativa para os estádios. Vejam que as coberturas dos  
964 estádios são ideais para você colocar energia solar. Porque é uma área grande que fica ali;  
965 podem ser cobertas aquelas placas, que hoje a tecnologia vai avançando tempo a tempo.  
966 Na Alemanha hoje, você está em casa, bota um painelzinho em cima do seu telhado, do  
967 seu terraço do apartamento e tem um medidor na mesa. E ali está o casal morador dali,  
968 todos os dias olhando o medidor: quanto que a plaquinha dele está gerando de energia que  
969 ele entrega na rede e quanto ele consome. Se no fim do ano eu economizei e tive bastante  
970 energia, só a captada; e eu tive saldo positivo o sistema paga na minha conta em dinheiro.  
971 À vista no fim do mês: sobraram para vocês 12 kilowatts. Pá, paga. E paga pelo valor de  
972 uma vez e meia o valor que a gente paga. Então é um estímulo para o cidadão economizar  
973 e o cidadão produzir energia alternativa. Então eles vêm propor que já tem tecnologia para  
974 botar nos estádios. Vai falar com a OAS ou vai falar com o Internacional, só tem um  
975 impedimento: é muito cara a instalação, depois a energia é barata, porque é de graça,  
976 todos os dias. E falta uma coisa: que é a regulamentação da conectividade. É ter uma  
977 disciplina que não tem – legal – no país, nem a CEEE. Nós estamos conversando com a  
978 CEEE, com a EMBRATEL, para ver se os estádios se estimulam a botar isso. Porque aí ela  
979 vai colher energia. No dia de jogo talvez se consuma aquela e mais a da rede, certamente.  
980 Mas nos outros dias que não tem jogo, ela vai ter que jogar na rede da CEEE, da empresa  
981 distribuidora, para que possa vender isso e isso se viabilizar e pagar o inicial. Então agora  
982 tem esquemas de estruturas financeiras que financiariam colocar uma energia alternativa  
983 para depois financiar num banco para eles poderem receber isso de volta. Então são  
984 questões que podem ser sempre incorporadas a qualquer momento ao projeto. Porque  
985 todas elas são questões modernas que visam menos poluição, mais cuidado com o meio  
986 ambiente. Então esta intenção e esse cuidado até aqui a gente tem tido, de tratar. Eu

987 encaminhado para eles, eu encaminhado para o Internacional. A gente procura soluções desse  
988 tipo para baratear. A própria FIFA está querendo dizer: energia verde. Então vocês não  
989 olhem os estádios, nem essa Arena do Grêmio como algo que vai ajudar a poluir lá, talvez  
990 o contrário: ver um passo pela modernidade, para conseguir dar uma consciência de que a  
991 gente não pode continuar consumindo do jeito que a gente faz e como pode se fazer uma  
992 obra desse tamanho e ser mais equilibrada. Eu agradeço muito a palavra e só dizer a  
993 vocês que também, no que eu puder estar às ordens, seja lá na Secretaria, seja numa  
994 assembleia depois para ser; intervir, dialogar, conversar, melhorar o que está apresentado  
995 aí, eu estou aberto para isso. Muito obrigado.

996 **Professor Garcia, da SMAM:** Deputado Odone, nós gostaríamos que realmente o estádio  
997 do Grêmio, essa nova Arena pudesse ter essa sustentabilidade. E já que vai ser contraído  
998 empréstimo hoje, está previsto que aquelas propostas alternativas de sustentabilidade  
999 tenham já um suporte também de 15 a 20% nos próprios financiamentos. Então isso vem  
1000 ajudar e muito para que isso se materialize.

1001 **Deputado Estadual Paulo Odone, Secretário Estadual da SECOPA:** No almoço eu  
1002 estive lá com o pessoal da (...), veio me procurar o seu Velhinho com a (...) deve ter o  
1003 interesse da empresa. Eles querem o contato. Eu disse: tem que ser com OAS e com o  
1004 Grêmio. Querem o contato de OAS porque eles acham que podem oferecer; que tem  
1005 tecnologia nova para o clima, proveniente de ar refrigerado, coisa que um estádio precisa  
1006 numa concentração. E os vestiários, isso precisa de fato. Que consome várias vezes  
1007 menos energia do que os atuais sistemas e que servem para esses empreendimentos  
1008 maiores. Então já estou mandando lá para a OAS, que ele vá procurar se entender, para  
1009 que eles possam colher todas as alternativas e se tem esses estímulos, facilita mais a  
1010 empresa querer fazer isso. A OAS é uma empresa privada. O Grêmio tem que ser auto-  
1011 sustentável para esse projeto. Ele não pode fazer caridade com o projeto. Ele já faz uma  
1012 grande coisa, faz que ele e o Internacional aqui no Rio Grande do Sul, não haja dinheiro  
1013 público nesses investimentos. Nos outros estados estão vivendo isso. Nove cidades-sedes  
1014 é dinheiro do município e do estado. A maioria é do município, a União só dá o  
1015 financiamento do BNDES, com dinheiro ou a Caixa, porque o dinheiro do FATE ou do  
1016 Fundo de Garantia, quem vai pagar é a prefeitura. Quer dizer, o cidadão do município. Aqui  
1017 não, aqui quem está pagando é a paixão pelo Grêmio e pelo Inter; quem vai pagar esses  
1018 dois estádios. Essa conta é paga assim. Então a gente tem todo interesse que ele seja  
1019 isso, que ele tenha economia. Quanto mais econômico for o estádio na sua operação,  
1020 quanto menos energia gastar; mais o Grêmio vai ganhar no seu futuro. Então pode ter  
1021 certeza que o Grêmio está interessado por isso, nós estamos interessados e a OAS sabe  
1022 disso, a gente chega junto para pedir e tentar pressionar nesse caminho.

1023 **Professor Garcia, da SMAM:** Obrigado. Foi feito todos os considerandos. Eu não sei se  
1024 alguém tem alguma proposta de encaminhamento. Mas eu acho que a questão da ETE  
1025 que os dois colocaram. Quando sair agora a licença, agora a questão da consulta, tem  
1026 algum conselheiro do DMAE aqui? Eu acho que tu poderias, já, desta questão, quando sair  
1027 a licença, que o DMAE coloque essa questão: se não há realmente a necessidade da ETE  
1028 em função disso. Só um pouquinho. Então, é só para não pairar a dúvida Eduino. Porque  
1029 senão depois...

1030 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** Maria da Graça, DMAE. Eu só gostaria de informar,  
1031 na verdade, deixe-me primeiro colocar: a parte que a gente faz avaliação, no setor onde eu  
1032 trabalho é área de pesquisa. Nós avaliamos água subterrânea, águas superficiais e  
1033 qualidade dos mananciais. Então esta parte de rede, de infraestrutura; não estou tão  
1034 apropriada para responder. Embora eu tenha visto no processo. Pelo que me consta o  
1035 parecer do DMAE era de aceitação deste efluente. Posso trazer novamente aqui ao  
1036 plenário alguma informação mais detalhada sobre isso.

1037 **Professor Garcia, da SMAM:** Os outros conselheiros: podemos nos valer dessa  
1038 informação para mais adiante?

1039 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** Posso trazer num outro momento, sem problema.

1040 **Professor Garcia, da SMAM:** Eduino. Para não sair com dúvida Eduino.

1041 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Eu quero manter minha proposta de que essa  
1042 questão do esgotamento sanitário de todo complexo seja pesado e seja analisado a  
1043 possibilidade de fazer uma ETE local; ou tratamento primário ou secundário. Porque no  
1044 plano diretor de Porto Alegre, eu estou propondo isso aí para o Campus Universitário da  
1045 Universidade Federal e foi aprovado por todos os conselheiros que o Campus deve ter uma  
1046 ETE. Então existe uma lei em Porto Alegre, que o DMAE trata os resíduos gerados no  
1047 município. O DMAE recebe tudo e trata. Agora, nós temos que mudar esse conceito. Não é  
1048 possível que o dinheiro público pague todo o tratamento do esgoto. Eu acho que deve ter  
1049 um meio termo. Então eu quero manter minha proposta, que seja avaliado, nem que se  
1050 trate com a nova ABNT, existe a norma ABNT no Brasil, que pode colocar uma ETE com  
1051 tratamento primário, que não largue todo o resíduo na rede pública. Então eu quero manter  
1052 minha proposta, que o DMAE avalie essa situação.

1053 **Professor Garcia, da SMAM:** Só para ti; uma informação até. Na semana passada nós  
1054 estivemos em Betim. O (...) estava aqui. Porto Alegre assinou um convênio para utilização  
1055 inclusive, da questão de transformar o gás metano em energia. Isso não foi divulgado na  
1056 imprensa, não sei por quê. Mas nós firmamos esse convênio na cidade de Betim, junto com  
1057 o ICLEI. Então vai ser uma novidade a mais e tenho certeza que as estruturas das ETEs  
1058 também se basearão nisso, ou seja, transformando em energia.

1059 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** Em primeiro lugar assim, embora eu tenha dito que a  
1060 minha área não é especificamente a de infraestrutura, eu gostaria de ressaltar assim: todo  
1061 esgoto que é lançado na rede, existe um percentual em cima da taxa de consumo de água,  
1062 onde as pessoas efetivamente pagam pelo seu tratamento. Obviamente se tu gastas  
1063 menos água, paga menos tratamento de esgoto. Se gasta um volume "x+2" vai gastar "x+2"  
1064 de pagamento de taxa de esgoto. E outra questão assim: cada um paga o percentual de  
1065 esgoto que lança na rede, mas de acordo com o seu percentual de geração. Um pequeno  
1066 gerador de efluente vai gastar um valor infinitamente menor do que um gerador muito  
1067 grande de efluentes; é proporcional. Outra coisa que eu gostaria de colocar, até reforçando  
1068 essa questão: é que do ponto de vista da tratabilidade do esgoto, o pré-tratamento  
1069 atrapalha a estação de tratamento de esgoto da ETE, porque chega um esgoto muito  
1070 diluído e fica muito complicado o processo de tratamento. Então é preferível que o  
1071 empreendedor pague o tratamento, do ponto de vista técnico, que é onde eu posso me  
1072 basear; do que nós recebermos o esgoto diluído, que é ruim de tratar. Nós temos  
1073 problemas em especial no Sistema Navegantes: que trata com lodo, com mantas de lodo.  
1074 Dilui, atrapalha o processo de floculação e na verdade assim: não é bom para o sistema.  
1075 Então é bom que a gente tenha um esgoto forte para que a gente consiga ter uma  
1076 eficiência melhor de tratamento do esgoto que chega. Não sei se eu me fiz entender.

1077 **Professor Garcia, da SMAM:** Nós vamos terminar para não ficar debate depois.

1078 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Eu sei. Não é debate. Eu não estou aqui  
1079 contestando, não sou técnico hídrico. Mas eu não quero contestar o DMAE também. Mas  
1080 não é isso que a UFRGS disse. A UFRGS está de pleno acordo de que o resíduo deve ser  
1081 tratado. E não como os hospitais que estão largando todo dejetos aqui no Arroio Dilúvio. Os  
1082 hospitais todos dessa bacia aqui largam na rede pública *in natura*. Isso não é aceitável. Eu  
1083 não estou contestando aqui o que a técnica falou. Agora, eu não concordo. E o Campus da  
1084 UFRGS achou; os técnicos da UFRGS, os conselheiros aprovaram que lá dentro deve ter  
1085 uma ETE. Então não é bem assim que eu acho que é o assunto.

1086 **Professor Garcia, da SMAM:** Mas Eduino, eu te pergunto assim: se nós fizermos uma  
1087 ressalva e vendo a questão do DMAE. Porque o DMAE pode vir aqui e dizer: não. A gente  
1088 não pode sair daqui com dúvida. O claro não é bem claro às vezes.

1089 **Ricardo Ayup Zouain, da UFRGS:** Professor Ayup UFRGS. Primeiro que eu acredito que  
1090 na apresentação do EIA/RIMA deve ter tido um número robusto de profissionais com ARTs  
1091 assinados dos conceitos para apresentação do mesmo. Segundo: o problema específico  
1092 da universidade, e se tratando do Conselho Universitário, é formado por essencialmente  
1093 técnicos em assuntos, é formado por gestores universitários. Então algumas decisões  
1094 políticas que a universidade internamente tomar, são decisões internas. Quanto ao plano

1095 de desenvolvimento urbano que nós estamos tratando diretamente na (...) e aqui na  
1096 SMAM, é de responsabilidade do engenheiro (...), do engenheiro e geólogo professor Ayup,  
1097 do engenheiro Campani e outras pessoas, e nosso entendimento profissional de mais de  
1098 35 anos de profissão nesse e outros assuntos, que envolve o tratamento ambiental e  
1099 outros produtos gerados pela minha equipe, outras equipes envolvidas, não é referente a  
1100 nós termos uma estação de tratamento de esgoto. Por muitas razões, múltiplas, pelo  
1101 entendimento que colocou a colega do DMAE, pelo entendimento que nós temos sobre o  
1102 que é o tratamento que tem que ter em relação aos produtos gerados a partir do bem, o  
1103 recurso mineral chamado água, uma série de elementos. Então o entendimento de uma  
1104 parcela de acadêmicos da universidade, de docentes da universidade, sem a  
1105 responsabilidade da gestão pública é totalmente diferente ao que é; no caso nosso, uma  
1106 instituição federal de ensino superior vinculada ao projeto REUNE, ao Parque Tecnológico  
1107 e ao PAC de desenvolvimento nacional sobre educação e outros aspectos; não tem nada a  
1108 ver com interesses locais e particulares com a política nacional, estadual e municipal e  
1109 principalmente com a política de ensino, ciência e tecnologia. Então essas pessoas que  
1110 colocaram isso internamente no Conselho da Universidade, que não foi aprovado e sim na  
1111 discussão, não tem fundamento de colocar isso como uma posição da Universidade. Eu  
1112 represento a Universidade e essa posição não é da Universidade.

1113 **Professor Garcia, da SMAM:** Em cima disso, nós temos que concluir. Porque senão a  
1114 gente não vai, nós só temos que partir para o encaminhamento.

1115 **Júlio César, da ONG Solidariedade:** Júlio César, ONG Solidariedade. Eu acho que nós  
1116 estamos aqui nesse Conselho para dar sugestões a projetos que nos são apresentados. E  
1117 esse projeto, em especial da Arena do Grêmio, não é um projeto comum, é um projeto  
1118 muito grande. Você veja que ele tem Shopping Center, ele tem estádio, ele tem hotel, ele  
1119 tem centro de convenções, ele tem uma área residencial com não sei quantas torres. E  
1120 cada torre dessas tem não sei quantas unidades. Então eu acho muito pertinente a  
1121 colocação do Eduino. Que é um projeto de grande porte e que seja inovado em cima desse  
1122 projeto, que a engenharia OAS seja a primeira a inovar nesse sentido e colocar no projeto  
1123 uma estação de tratamento e daí abre esse precedente para que novos projetos com essa  
1124 proporção sigam esse mesmo caminho. É só isso que eu queria dizer.

1125 **Livia Zimmermam, da UPV:** Em relação a isso, em Torres, no parque Guarita Itapeva foi  
1126 feito um hotel: o hotel Guarita; e a exigência, a contraparte foi que como era uma área do  
1127 entorno do parque, que o próprio hotel cobrisse o seu tratamento de esgoto e inclusive  
1128 abrangendo um pouco do entorno. Assim foi feito e está muito bem. Já que o  
1129 empreendimento é público/privado, por que não fazer uma estação de tratamento? O que  
1130 seria para a comunidade local, contaria bastante para a opinião pública, melhorando, é  
1131 isso.

1132 **Professor Garcia, da SMAM:** Só quero fazer uma ressalva, que esse não é um  
1133 empreendimento público/privado. É um empreendimento privado.

1134 **Livia Zimmermam, da UPV:** Privado, então mais ainda, mais ainda.

1135 **Professor Garcia, da SMAM:** Mas assim, então eu só gostaria de apresentar uma  
1136 proposta. Visto que a colega colocou de nós colocarmos a ressalva, mas se o DMAE  
1137 entender que não seja pertinente por essas questões; resolvemos isso. Porque senão  
1138 daqui um pouquinho nós vamos criar um problema para a própria municipalidade, quer  
1139 dizer: nós vamos entender, quem que é; daqui um pouquinho o DMAE. Por que o que eu  
1140 estou colocando? Porque nós assinamos essa questão da queima de metano numa ETE e  
1141 isso aqui são coisas que vão começar a surgir cada vez mais. Então se nós podemos  
1142 colocar essa ressalva, não sei se tu concordas nesse aspecto? Vamos trazer o DMAE aqui  
1143 para que explique. Podemos acertar assim? Pode ser para a próxima. Todos concordam  
1144 que seja um ponto de pauta? Então tá. Então queremos agradecer a presença do Grêmio,  
1145 da OAS e convidá-los também para a audiência pública do dia 22. Obrigado e vamos ao  
1146 tema seguinte que ainda temos. Lá na região, não sei onde vai ser o local. Mas todos serão  
1147 notificados aqui pelo e-mail. Obrigado.

1148 **Simone Della Bona, da SMAM:** Conselheiros, vamos fazer uma pausa de cinco minutos.

1149 **Professor Garcia, da SMAM:** Próximo item, aprovação do processo referente na Serraria,  
1150 apresentação por parte do DMLU e PGM.

1151 **Arceu Bandeira Rodrigues, do DMLU:** Boa tarde a todos os conselheiros. O meu nome  
1152 Arceu Bandeira Rodrigues. Eu sou engenheiro do DMLU, diretor da Divisão de Destino  
1153 Final e conselheiro representante do DMLU nesse Conselho. Vim aqui trazer uma demanda  
1154 que a cidade tem. A cidade tem a demanda de resíduos da construção civil. A gente viu e a  
1155 gente tem aí lá na Zona Sul, o aterro, que é a Central Serraria – eu não sei se todos os  
1156 conselheiros conhecem esse aterro – é um aterro que opera desde 1999, lá na Serraria, é  
1157 um aterro que se fez várias tentativas de licenciamento desse aterro também. Então eu  
1158 venho trazer aqui o histórico e uma demanda que vai ser apresentada conforme o decorrer  
1159 da apresentação que eu vou fazer. Ok? Então basicamente aqui eu trouxe um mapa,  
1160 começando, vendo a cidade de cima; dessas fotos que o Google nos dá a felicidade de tê-  
1161 las hoje com facilidade. Então nós vemos a cidade. A cidade hoje de Porto Alegre tem três  
1162 locais de destino final de resíduos da construção civil, tanto de unidades que processam  
1163 como dão destino final. Basicamente nas duas pontas da mancha urbana de Porto Alegre.  
1164 Então nós temos na Zona Norte dois aterros: o aterro Anchieta que já está operando desde  
1165 2006, é um aterro que está numa área de um empreendedor privado, é a Condor que tem  
1166 ali como uso futuro, um loteamento para fins comerciais. A gente tem lá na outra ponta,  
1167 uma unidade bem mais nova, licenciada em 2007/2008 que é a Central de Resíduos. Ela  
1168 também é de empreendedor particular, inclusive a operação dela é desse empreendedor, a  
1169 Central de Resíduos Ecovillage, ela pertence à empresa Ábaco. Então é um aterro grande  
1170 ali. Na verdade é uma urbanização que está licenciada e tem uma longa vida de duração.  
1171 Na outra ponta da cidade, aqui no sul, na Zona Sul nós temos a Central Serraria, é um  
1172 aterro que opera – como eu disse – desde 1999, é um aterro que tem a mesma destinação.  
1173 Ele está localizado numa área que pertence ao Comando Militar do Sul, é uma área do  
1174 exército que fica na Avenida Serraria, ali em torno do número 3.300. Eu vou fazer então um  
1175 histórico das tentativas de licenciamento da Central, que o DMLU fez. Eu tirei um  
1176 pouquinho da ordem, na verdade eu fiz a gafe de fazer a apresentação do problema sem  
1177 fazer a entrada. Então eu pulei um pouquinho. Basicamente aqui nós temos um histórico:  
1178 em 1999, eu tenho registros. Eu até não estava no DMLU, entrei no DMLU em 2000. A  
1179 Central Serraria, eu tenho registros do início da operação da Central Serraria nessa área.  
1180 Em 2001 o DMLU protocolou na SMAM uma solicitação de licenciamento ambiental dessa  
1181 área. Então essa área da Central Serraria tem uma peculiaridade: num passado até hoje –  
1182 muito remoto – em torno de quase 30 anos atrás, ela não é a mesma área. É uma área  
1183 atrás do aterro. Lá teve um lixão, na verdade uma disposição de resíduo domiciliar, que  
1184 chamava Lixão Olaria Brasília, isso encerrou lá por 1982, por aí, realmente é um depósito  
1185 muito antigo. Parte ali já tem loteamento, já tem casas inclusive naquele local. E sobre o  
1186 aterro Serraria basicamente quando o DMLU começou a operar; se demandou sobre ele  
1187 também os impactos desse antigo lixão. E isso acabou vindo a um inquérito civil que tem o  
1188 número 072/2001 feito pelo Ministério Público. Então, isso foi em 2004 quando na verdade  
1189 se reforçou os trabalhos do licenciamento. O DMLU tinha o projeto pronto. Foi assinado um  
1190 termo de compromisso ambiental com o Ministério Público, que tinha por finalidade:  
1191 primeiro tutelar o licenciamento, ou seja, garantir que o DMLU fizesse os estudos  
1192 ambientais necessários para licenciar a área, assim como incluído nesses estudos,  
1193 estivesse também os impactos daquele antigo lixão para a possível remediação se fosse o  
1194 caso. Sucedeu que o DMLU fez esses estudos e uma vez feitos, tiveram algumas  
1195 fragilidades técnicas. A SMAM exigiu que eles fossem refeitos. O DMLU contestou, houve  
1196 uma discussão técnica que acabou resultando num novo TAC. Esse novo TAC foi  
1197 formulado em 2006, foi um TAC complementar ao primeiro e que dava de novo ao DMLU a  
1198 obrigação, o compromisso de fazer às suas expensas, todas as demandas necessárias  
1199 para obter o licenciamento ambiental da Central Serraria. Com esse TAC assinado, foi um  
1200 TAC muito negociado. Está aqui a doutora Eleonora, que é da PGM, porque ela  
1201 acompanhou essas negociações. A preocupação que se teve nesse TAC era que o DMLU  
1202 assumisse compromissos que realmente fossem factíveis e cumpríveis. Por quê? Porque o

1203 DMLU a partir daquela não aceitação dos estudos, se comprometeu realmente a fazer  
1204 estudos técnicos de qualidade para se conseguir dar ao órgão ambiental, à SMAM, um  
1205 raio-X, um diagnóstico da área para fins de poder promover a análise do licenciamento  
1206 ambiental. O que o TAC trazia nos seus termos era a segurança de que esses passos  
1207 seriam dados e monitorados. Então o DMLU empreendeu isso. Em 2007 a SMAM manda  
1208 para o DMLU o termo de referência desses estudos, todos os estudos que eram  
1209 necessários para que o licenciamento da área fosse analisado. O DMLU fez então um  
1210 edital, que nós vamos ver depois ali no histórico. Em 2007, antes até, no decorrer desses  
1211 estudos; porque lá em 2004 quando foi feito aquele TAC, o primeiro TAC que foi feito, os  
1212 primeiros estudos, a área de operação que o aterro Serraria tinha, foi limitada em projeção  
1213 horizontal. Ou seja, se olhasse a área de cima, aquela projeção não poderia ser expandida  
1214 e então as manchas de vegetação que tinham deveriam ser preservadas, todo o perímetro  
1215 do aterro. Não foi mexido. E como esse processo de licenciamento demorou, antes que o  
1216 DMLU pudesse fazer os estudos, fazer toda a contratação necessária o orçamento desses  
1217 estudos estavam na casa dos R\$ 250.000,00. O que se gastaria para fazer esses estudos.  
1218 Só que o tempo demandado para esse licenciamento exigia já na época que o DMLU  
1219 tivesse um fôlego, ou que se tivesse na Zona Sul, uma área que permitisse que  
1220 continuasse operando aterro, atendendo a demanda na Zona Sul, desses resíduos, até que  
1221 se conseguisse obter uma análise final desse licenciamento ambiental. Lá em 2008 então,  
1222 o DMLU publicou edital para contratação de estudos. Esse edital resultou, teve empresa  
1223 que apresentou proposta para fornecer os serviços técnicos de elaboração do estudo. E  
1224 durante a análise, isso aí na verdade é a seqüência que se deu, durante a análise dessa  
1225 área, que se deu, o DMLU pediu uma área de 2,7 hectares que permitia a operação do  
1226 aterro durante seu licenciamento. Esse processo foi encaminhado ao COMAM e aí em  
1227 2008, isso foi em 19 de março, assembléia de 2008. Então hoje, dois anos atrás. A  
1228 assembléia do COMAM autorizou esses 2,7 hectares demandando, vetando a ampliação  
1229 do aterro. A partir dessa decisão do COMAM de 2008, que foi vetar a ampliação do aterro,  
1230 o DMLU acabou não contratando, não pode contratar. Essa decisão, a prefeitura aceitou a  
1231 decisão do COMAM na época. Acho que houve o entendimento geral: bom, a gente vai  
1232 partir para estudar outras áreas na Zona Sul e vamos então essa área, fez-se isso então.  
1233 Foi vetada a ampliação, e essa ampliação vetada, ela foi ao TAC. Na verdade mudou,  
1234 modificou os termos do TAC que existia, de 2006, firmando um novo TAC. Esse novo TAC  
1235 aparecia lá então: a Serraria não tem continuidade. Basicamente o que aconteceu desse  
1236 TAC novo foi o seguinte; o Ministério Público: já que não vai haver continuidade para o  
1237 licenciamento, SMAM autoriza o DMLU. A SMAM autoriza e não o Ministério Público, a  
1238 operação dos dois hectares. O Ministério Público vai se preocupar apenas com o impacto  
1239 do antigo lixão que existiu. E o TAC dizia mais ou menos assim: quando terminar os 2.7  
1240 hectares o DMLU vai começar a fazer estudos. Isso aconteceu. O que aconteceu? Essa  
1241 área de dois hectares hoje está com previsão de encerramento para nós. Então  
1242 tecnicamente ela está chegando à cota em 2010. Agora em abril na segunda quinzena  
1243 provavelmente o aterro não terá mais área para operação. Vou avançar de novo a minha  
1244 apresentação. Então os senhores podem ver aqui, eu tenho uma apresentação. Na  
1245 apresentação então os dois pontos: esta distância entre a Central Serraria e a Central de  
1246 Resíduos, que é outra ponta, ela perfaz um percurso razoável, em torno de 31 quilômetros  
1247 entre um aterro e outro. Então faz mais ou menos a distância máxima de alguém que  
1248 queira dispor resíduos em Porto Alegre, estaria no meio então; 15 quilômetros para um  
1249 lado e 15 quilômetros para o outro lado para fazer a descarga. Do norte para cima. Aqui  
1250 está o Centro. Aqui está a Arena do Grêmio, que nós vimos o projeto, fica nessa pontinha  
1251 aqui. Então a Zona Sul. A situação que a gente está vislumbrando agora, em breve, dentro  
1252 desse cenário que a gente tem escrito em TAC, resultante da decisão da assembléia do  
1253 COMAM de 19 de março de 2008, é sumir da Zona Sul esse local de destinação. Quer  
1254 dizer, essa é uma posição que nós já tínhamos em 2008, já sabíamos disso. Uma posição  
1255 que se aceitou; e a gente assumiu a demanda na época de procurar novas áreas. Então  
1256 passamos adiante. A Central Serraria nesse momento, hoje, ela recebe em torno de 300

1257 toneladas por dia de resíduos da construção civil, mais 150 toneladas por dia de arbóreos,  
1258 que são resultantes das podas de arborização urbana e algumas particulares, mas  
1259 principalmente da IBAMA, CEEE e SMAM destinam.

1260 (...)

1261 **Arceu Bandeira Rodrigues, do DMLU:** As 300 toneladas tu podes imaginar que dá 1X1  
1262 mais ou menos a média, tu vais ter uma tonelada por metro cúbico, a densidade. Um  
1263 pouquinho varia porque a caliça, dependendo do tipo de caliça, tem uma variação. Nós não  
1264 temos balança. A gente mede os volumes. Mas mais ou menos essa demanda. Os  
1265 arbóreos realmente em termos de volume ali, 150 toneladas, é um volume bem maior.  
1266 Porque a densidade deles é muito baixa. Bem dizer, isso é visível, nós temos lá as leiras de  
1267 compostagem, que ocupam bastante volume mesmo na área posterior sobre o aterro. Os  
1268 principais usuários da Central Serraria: o DMLU para os serviços de limpeza urbana e  
1269 coleta na cidade. Muitos focos de resíduo comum que vão para transbordo e também ainda  
1270 muita disposição irregular de resíduo da construção civil; caliça que vai para a rua e a  
1271 gente coleta. Então o DMLU usa a Central para fazer essa disposição. O DEP também é o  
1272 órgão público que utiliza a Central porque faz manutenção em redes de drenagem urbana.  
1273 Também o Departamento Municipal de Água e Esgoto, o DMAE usa lá, porque também faz  
1274 esse tipo de manutenção e conservação de construção e ampliação de redes. A SMAM  
1275 principalmente usa o serviço da Central Serraria para disposição de arbóreos. Também a  
1276 SMOV, a Secretaria Municipal de Obras e Viação utiliza, leva resíduos de manutenção  
1277 viária e também é usuária do aterro. Na verdade a já há algum tempo, não é recente. Tanto  
1278 lá na Serraria quanto na Anchieta a gente promove uma atividade de reaproveitamento.  
1279 Esse resíduo, principalmente a caliça, a gente armazena e é recolhida. A SMOV leva e a  
1280 gente consegue não enterrar tudo. Então a gente tem um reaproveitamento. Existe a  
1281 intenção, a gente já tem, na verdade para apresentação não vem ao caso. Mas já existe  
1282 um teste para equipamento de britagem lá. Mas de empreendedor privado. Além dos  
1283 órgãos públicos tem muito uso de particulares, principalmente caçambas de entulho.  
1284 Caçambas de tele-entulho. Levam principalmente caliça. São os usos até então. A gente  
1285 vislumbra – não vislumbra – mas já é uma realidade em Porto Alegre a necessidade de  
1286 incremento na demanda de geração de resíduos. Esse incremento se dá principalmente  
1287 por esses quatro itens que eu estou colocando; três deles são principalmente demandas  
1288 públicas: o projeto do PISA, então o DMAE promoverá, está já promovendo uma série de  
1289 obras na Zona Sul, que é um objetivo magno, vamos dizer assim: obter em Porto Alegre  
1290 um aumento de 50% no volume de esgotos tratados. Aqui vale uma particularidade em  
1291 relação ao PISA. Eu botei a cifra mais abaixo; problemas advindos, mas eu já vou  
1292 relacionar antes: é que quando o PISA foi orçado ainda na possibilidade que se tinha luz e  
1293 clareza de que se poderia licenciar a Central Serraria. Então todos os custos do orçamento  
1294 do PISA se deram com a disposição dos resíduos das redes de esgotos na Zona Sul.  
1295 Então isso morreu. Em que pese, o DMAE está tendo problemas em relação a essa  
1296 destinação. Outra previsão que surgiu um pouco na mesma época, um pouco mais adiante  
1297 é a questão de Porto Alegre ter sido eleita sede dos jogos para a Copa do Mundo. Isso  
1298 demandará também grandes volumes de resíduos da construção civil. Existem os projetos  
1299 do programa Minha Casa Minha Vida do governo federal, a Alessandra conhece bem, sabe  
1300 que tem muitos projetos em licenciamento. São obras populares, ou seja,  
1301 empreendimentos de baixo custo e possivelmente também terão alguma afetação em  
1302 relação a não existência de local na Zona Sul. Um dos incrementos de demanda que eu  
1303 mais gosto de fato, e que eu acho que Porto Alegre está de parabéns, porque nós  
1304 conseguimos de fato agora, não faz muito tempo; foi dia 09 de março, sancionado pela  
1305 prefeitura, o plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção. Ele tem, visa  
1306 realmente primeiro adequar o DMLU à demanda criada pelo CONAMA 302, 307 de 2002.  
1307 Então Porto Alegre hoje tem seu plano integrado de gerenciamento de resíduos e isso para  
1308 nós do setor público é um instrumento que vai nos permitir melhorar a gestão desses  
1309 resíduos. Espero realmente e com fé que isso nos aumente demanda por locais licenciados  
1310 para a disposição do resíduo. Então é uma demanda que também nós temos. Eu citei mais

1311 abaixo, volto ali então. Nós temos esses problemas advindos da ausência de local.  
1312 Primeiro o aumento de custo em obras localizadas na Zona Sul. Eu cito ali a partir da  
1313 Ipiranga. Na verdade, parece eventualmente que dependendo do ponto da Zona Norte, é  
1314 mais perto. Mas ela é mais perto, mas é mais longa em termos de tempo. Então muita  
1315 gente às vezes que está ali a pé pela Protásio e pela Carlos Gomes, prefere ir para a Zona  
1316 Sul, porque a Zona Norte tem mais trânsito dependendo da hora do dia. E na verdade esse  
1317 mix para um caminhão de carga vai mais longe, mas é mais rápido e você consome menos  
1318 combustível. Então essa é uma demanda de aumento de custo, é um custo elevado  
1319 dependendo da obra. Problemas contratuais, eu já tinha citado: em obras públicas que já  
1320 foram contratadas prevendo o uso da Central Serraria e ainda aumento dos impactos. Isso  
1321 aí é uma coisa que compete a nós a fiscalização. Mas a gente sabe – o Adelino que é o  
1322 meu supervisor está presente – que por mais que se fiscalize; eu tenho lá na Zona Norte  
1323 um exemplo típico, vocês viram, tem dois aterros lá. E ali na Voluntários da Pátria o  
1324 pessoal descarrega caçamba. O pessoal da CONCEPA filma para nós. Descarregam  
1325 caçambas ali. Então é um problema. Mas a gente, para poder fiscalizar e exercer o poder,  
1326 a gente tem que dar uma alternativa. Então lá nós temos alternativa; e essa alternativa nos  
1327 permite fiscalização. Nós teremos então por causa disso, problema de fiscalizar a Zona Sul  
1328 por falta de alternativas de destinação. Certamente demandará a prefeitura esse tipo de  
1329 queixa. Ali eu citei o aumento da circulação de veículos de carga na Zona Sul. Eu tinha  
1330 posto ali os quantitativos: botei 300 toneladas/dia de resíduo da construção civil, 150 e a  
1331 gente tem ali pelo menos só do DMAE uma demanda que nos tem inscrita lá, eu acho que  
1332 é uma demanda em torno de 300 mais ou 400 toneladas/dia. A gente estimando, isso dá  
1333 mais ou menos 200 viagens de caminhão por dia. Dependendo do lugar da Zona Sul que  
1334 venha essas 200 viagens por dia de caminhão, é 30 quilômetros para ir e 30 para voltar,  
1335 vezes 60, são 12.000 quilômetros por dia rodados para fazer essa migração. O impacto  
1336 não se calculou, mas aí tem as emissões de gás efeito estufa, tem a questão de consumo  
1337 de combustível fóssil e mais a questão do trânsito que se complica também. O meu último  
1338 slide é como que a prefeitura lidou com essa situação então, na verdade foi uma previsão  
1339 que se teve que fazer em dois anos. Porque até 19 de março de 2008 a prefeitura  
1340 trabalhou com a hipótese, sempre trabalhou com a possibilidade de licenciar a Central  
1341 Serraria, sempre se trabalhou com isso. Dependia de estudos ambientais que estavam  
1342 sendo feitos. Como a prefeitura trabalhou com essa demanda em dois anos? Nós temos  
1343 que achar áreas na Zona Sul. Foi então determinado – tem uma imagenzinha ilustrativa  
1344 para relaxar – que é como que é tratado; resíduo da construção civil em área, algum lugar  
1345 o resíduo impacta e ali na rua ele impacta. De fato é um impacto difícil. Eu acho que o  
1346 Adelino mais do que eu, ele não é conselheiro, mas se precisar fala, quanto que o DMLU  
1347 gasta nesse tipo de atividade. A resposta que se deu, se criou e foi até uma atividade nova,  
1348 fruto da maneira como a prefeitura é gerida hoje, se fez uma transversalidade: a SMAM e o  
1349 DMLU trabalharam juntos. Foi determinada a criação de um grupo de trabalho com  
1350 participação de técnicos da SMAM e do DMLU que fossem buscar novas áreas na Zona  
1351 Sul de Porto Alegre. A gente trabalhou, trabalharam técnicos do DMLU, da divisão de  
1352 destino final da SMAM de várias coordenações aqui da SMAM, se fez um trabalho primeiro  
1353 de procurar áreas degradadas na Zona Sul, de procurar áreas baixas que pudessem ser  
1354 aproveitadas com proprietários e se consultou, SINDUSCOM, se fez várias visitas e a  
1355 gente viu lá não há, não houve indicação. Não há área. Eu pessoalmente entendo que não  
1356 há, porque há uma demanda comercial dos imóveis na Zona Sul muito grande. Do tipo, da  
1357 maneira, da configuração da Zona Sul. Ela é diferente da Zona Norte. Esses relevos  
1358 dependendo do caso são valorizados, então em muitos casos não há intenção de levantar  
1359 cota para empreender, pode se empreender na cota que o terreno está na maioria dos  
1360 casos. Diferente da Zona Norte, que a gente conhece a área de resíduos da Ábaco, sabe  
1361 que é uma planície e tem aquele buraco e o pessoal não vai fazer o empreendimento. A  
1362 empreendedora se obriga a levantar cota. Isso não acontece na Zona Sul. Então não há e  
1363 não se conseguiu e não há área outra na Zona Sul para ser estudada. Depois disso o  
1364 grupo de trabalho, a partir desse extenso trabalho que se teve, a Alessandra coordenou um

1365 grupo de trabalho. Depois dessa procura partimos para a análise de toda a documentação  
1366 que se relacionava ao licenciamento ambiental da Serraria e dessa análise o que mais  
1367 chama a atenção, voltando ao histórico, é que a gente parou esse licenciamento da Central  
1368 Serraria, sendo que realmente nunca, desde que a Central Serraria começou a operar em  
1369 1999, nunca – vejam bem, é sério – apenas naquela área de 2,7 hectares; mas para o  
1370 projeto da Central não. Apenas para o projeto de 2,7 hectares que está operando e  
1371 acabando a SMAM viu estudos. Quer dizer, na verdade nós nunca conseguimos que esses  
1372 estudos fossem apreciados. Então não há estudos ambientais, eles não foram  
1373 consolidados. Então na verdade nós temos um impedimento ou se parou de se licenciar a  
1374 Central entendendo que tinha outra área, mas não tendo outra área, nós estamos com uma  
1375 área não operando e que não foi estudada para isso. Quer dizer, não se sabe qual é a  
1376 compensação, não se sabe se são impactos mitigáveis ou não mitigáveis. Então a  
1377 demanda que eu estou trazendo ao COMAM é que como esse impedimento partiu em uma  
1378 assembléia aqui do COMAM, não é nada mais justo, mais claro que volte ao COMAM a  
1379 demanda da maneira como ela se construiu, ou seja, a gente viu, a gente construiu o  
1380 problema dessa maneira, enxergou o problema dessa maneira, está trazendo aqui ao  
1381 COMAM o problema dessa maneira. Nós temos então hoje em Porto Alegre, daqui a 15  
1382 dias nós vamos ter uma demanda pública. Nós vamos ter geração de resíduos de obras  
1383 públicas, particulares, mas principalmente públicas demandadas na Zona Sul que vão  
1384 atravessar a cidade. Nós temos uma área que foi historicamente usada para esse tipo de  
1385 disposição e que ela, na verdade, se pára de operar sem um perfeito estudo. A minha  
1386 apresentação era essa. Eu estou passando, acho que a Alessandra tem alguma coisa a  
1387 apresentar também em relação ao assunto, já que ela coordenou esse grupo de trabalho.  
1388 Então, por favor.

1389 **Alessandra Pires, da ERES/SMAM:** Boa tarde a todos, meu nome é Alessandra, sou  
1390 coordenadora da equipe de resíduos aqui da SMAM e junto com o DMLU então, já muito  
1391 antes desses problemas estarem do jeito que estão hoje, nós já trabalhávamos junto,  
1392 inclusive com a Secretaria Municipal da Fazenda para buscar áreas, próprios públicos que  
1393 nós pudéssemos utilizar. Então já que o Arceu colocou fotos para relaxar, eu vou continuar  
1394 colocando outras, para relaxar mais ainda. Então rapidamente para vocês: isso aí é um  
1395 passeio virtual pela Zona Sul. Eu acho que as fotos, as imagens dizem mais do que mil  
1396 palavras. Aquelas imagens ali são algumas do que eu vejo quando eu faço a vistoria e que  
1397 me deixa muito triste de ver uma Zona Sul com uma área verde imensa sendo degradada  
1398 dessa forma. Vocês imaginem, o Arceu mostrou ali, a distância entre os locais de destino  
1399 final. O que nós temos já na Zona Norte, dois locais. E mesmo assim esses locais não são  
1400 utilizados, os resíduos são dispostos em vias públicas. O que nós vamos ter para o futuro  
1401 sem uma área de disposição licenciada devidamente, fiscalizada devidamente. O que nós  
1402 vamos ter para a Zona Sul? O que nós queremos da Zona Sul? Como é que nós vamos  
1403 pensar a Zona Sul? Eu acho que a gente tem que pensar em termos de futuro. Então eu  
1404 coloquei assim, bem rapidamente, para vocês saberem o que nós SMAM, órgão que  
1405 fiscaliza e licencia atividades inclusive que vão gerar resíduos da construção civil. Então o  
1406 que já foi feito? As licenças tiveram um melhoramento em termos de condicionantes. Vocês  
1407 viram aqui atividade anterior apresentando; ali eles colocaram bem pequenininho embaixo:  
1408 plano de gerenciamento de resíduos da construção civil. Hoje as atividades para obter a  
1409 licença de instalação, ela tem que apresentar esse plano. Esse plano foi feito a partir de um  
1410 termo de referência que a nossa equipe fez, construindo a partir de exemplos de termos de  
1411 referência do Brasil todo. Então para a gente não deixar nada de fora. Esse termo de  
1412 referência, para quem quiser olhar, está no nosso site, na parte de legislação. A gente  
1413 procurou fazer da forma mais completa para que o empreendedor nos informasse de que  
1414 forma ele está se colocando naquela área ali. Então nesse termo a gente coloca as  
1415 condições principais básicas, que é o alicerce: que primeiro é a segregação na hora da  
1416 geração dos resíduos. Depois o reuso. Existem muitos contras a isso. Mas por que a gente  
1417 não pode separar e reusar na própria obra? Dá para fazer isso. E depois a indicação dos  
1418 locais. O Arceu colocou ali, muito bacana o que ele falou. Eu me lembrei de falar agora que

1419 quando o PISA foi apresentado, a proposta era usar o Serraria. Nós ali na equipe de  
1420 resíduos, nós pedimos um certificado do destino final da capacidade ainda que o aterro tem  
1421 para receber esses resíduos. Por quê? Justamente para não acontecer isso. Então o aterro  
1422 que é licenciado tem uma ideia ao longo dos anos de como vai ser o montante final. Se eu  
1423 colocar para ele que o meu empreendimento vai ter um término daqui a dois anos, o aterro  
1424 vai olhar e dizer: não, daqui a dois anos nós já estaremos encerrados. Então ele não  
1425 poderá se comprometer em receber e o empreendedor então, vai ter que buscar outro  
1426 local, justamente para não acontecer o que está acontecendo agora. Com isso a gente foi  
1427 modificando aos poucos, a gente já vem pedindo o plano. É importante dizer isso: a própria  
1428 CONAMA 307 já solicitava, já tinha ali, para que o empreendedor fizesse o projeto de  
1429 gerenciamento de resíduos. E a gente antes dessa nova lei 10.847, nós já pedíamos o  
1430 plano. E já barrávamos as licenças para ele ir se o empreendedor não apresentasse o  
1431 plano. Então com isso nós fomos mudando o perfil. Hoje, depois de um ano e meio  
1432 cobrando; hoje o empreendedor já sabe, ele nem reclama mais, ele já liga para nós e diz:  
1433 eu estou com dúvida em tal item; como é que eu apresento tal destino? Já foi incorporado  
1434 na construção, na obra, na estruturação, enfim, que ele vai ter que fazer aquele plano e  
1435 que nós então vamos fiscalizar a partir do plano dele. Então coloquei ali um exemplo, que  
1436 me deixou muito contente. Foi o primeiro bom exemplo desse trabalho que a gente está  
1437 fazendo. Antes nós tínhamos um grande problema com o gesso que é um resíduo –  
1438 conforme a CONAMA – classe C. O aterro de (...) não recebe, o aterro sanitário não  
1439 recebe. O gesso hoje em dia vocês vêem que o gesso acartonado é um gesso muito  
1440 utilizado nas construções, ele é banalizado no seu uso. O pessoal lá na obra, por falta de  
1441 treinamento – que é coisa que a gente também pede nesse plano – faz a parede, tira as  
1442 raspas, vai gerando resíduo e aquilo ali, como as pessoas pensam: eu não quero saber do  
1443 meu resíduo; não quero saber quem é que recolhe; mas tirem daqui da frente. É esse o  
1444 perfil. Então o que aconteceu? Nós começamos a não liberar as licenças de instalação sem  
1445 a comprovação do destino final do gesso. Com isso o que aconteceu? A logística reversa:  
1446 as empresas começaram a repensar a utilização do gesso acartonado nas suas obras. É  
1447 claro que quem fabrica o gesso não gostou dessa ideia e aí então lá o gerador, o fabricante  
1448 se envolveu nesse problema junto com os empreendedores para pensar num destino final.  
1449 Hoje a central da Zona Norte, a Ábaco recebe – por enquanto está sendo uma área de  
1450 transbordo – mas está vindo para cá, de Santa Catarina para cá uma unidade que vai  
1451 reciclar e reusar esse gesso. Então, ponto para nós. É a prova de que eu tenho que ser  
1452 chata, que eu tenho que complicar; que eu tenho que ser incansável na hora de cobrar  
1453 esse tipo de coisa. Então o gesso foi o nosso primeiro ponto que a gente ganhou; o que me  
1454 deixa muito contente. Esse é o primeiro de muitos, é claro. Então temos um novo perfil de  
1455 geradores. A estimativa de geração de resíduos da construção civil: nós não sabíamos.  
1456 Quando me chamavam para apresentar resíduos da construção civil, geralmente a gente  
1457 tem uma estimativa de geração de São Paulo, de Belo Horizonte. Mas e da onde eu moro?  
1458 Da minha cidade? O que Porto Alegre gera de resíduos da construção civil? O que tem de  
1459 troca? Até porque muita coisa, muito resíduo bom que sai de uma obra nem aparece para  
1460 nós. Porque é tão bom, que é usado em outra obra diretamente. Os empreendedores já se  
1461 comunicam entre si e eles já procuram utilizar os resíduos de uma obra para outra. E aí o  
1462 Arceu não vai me deixar mentir: geralmente o que aparece lá na Central Serraria é o  
1463 misturado, é complicado e cabe também mais um problema para nós município que é a  
1464 segregação ali já que não foi feita antes. O que torna bem mais difícil. Outra conquista que  
1465 nós tivemos então foi a lei 10.847 que institui o plano integrado de gerenciamento de  
1466 resíduos da construção civil do município, que nós estávamos devendo desde 2004. Ainda  
1467 bem que antes tarde do que nunca. Conseguimos em 2010 e agora já estamos trabalhando  
1468 na regulamentação dessa lei. O chefe está me mandando ir rápido, então quando o chefe  
1469 manda a gente; bom, a primeira unidade de destino certo para recebimento dos resíduos,  
1470 que é para o pequeno gerador, foi inaugurada um mês e meio, dois meses atrás, essas  
1471 unidades que vão ser espalhadas pela cidade, são licenciadas. Para que o pequeno  
1472 gerador possa colocar o seu resíduo ali. E o grupo de trabalho – que o Arceu já falou –

1473 onde nós trabalhamos em cima desse assunto. A situação atual então, só para vocês terem  
1474 uma ideia: já se lançaram 15 licenças de instalação do programa Minha Casa, Minha Vida,  
1475 sendo que mais ou menos 50 processos ainda tramitam pela prefeitura, entre SMAM,  
1476 SMOV, enfim. Temos ainda no futuro o PISA, o PAC, demais obras da construção civil:  
1477 públicas e privadas. Abertura de vias, enfim, o que já foi dito pelo Arceu e as futuras obras  
1478 para a Copa, que nos assustam bastante. Temos dois aterros para a recepção de resíduos,  
1479 já falamos sobre isso também, a falta de segregação dos resíduos dispostos em caçambas.  
1480 Hoje se vocês olharem os containeres na rua, vocês verão também resíduos da construção  
1481 civil. Tem ali resíduos orgânicos, resíduos perigosos e que inutilizam o resíduo da  
1482 construção ali. Que aí tem que ir tudo para um aterro. Isso aí tem outro destino, um  
1483 percurso maior ainda. Mais gasto ainda para o município. Disposição inadequada dos  
1484 resíduos misturados, ou seja, o caçambeiro recolhe os resíduos, para não ter que ir lá para  
1485 a Zona Norte, ele dispõe esses resíduos na Zona Sul e aí ele procura aquelas áreas onde  
1486 tem aqueles sítios, que tem uma parte mais baixa e ele dispõe tudo ali. Isso é muito  
1487 comum. E a inexistência então – o Arceu falou já – de áreas na Zona Sul para a gente  
1488 substituir. O que falta ainda para fazer? Abertura de novas áreas de destino certo; para que  
1489 esses focos cada vez diminuam ao longo da nossa cidade, que é o que já prevê a lei. Um  
1490 estudo técnico mais detalhado então do aterro da Serraria, para que a gente possa então  
1491 verificar a viabilidade de ampliar essa área. E o reuso interno dos resíduos da construção  
1492 civil, recebidos na própria central. O que se quer? Que na própria central de resíduos, nós  
1493 pudéssemos fazer granulometrias diferentes para que usássemos em pavimentações  
1494 públicas ou que a gente pudesse até – não sei se pode – vender, quem sabe? Dispor de  
1495 outra forma, para não ocupar o solo. Então encerro aqui, qualquer dúvida eu fico à  
1496 disposição. Esse é o trabalho que a SMAM tem feito sobre esse assunto. Obrigada.

1497 **José Furtado, da SMAM:** Furtado supervisor do Meio Ambiente. Seguinte: foi feita uma  
1498 exposição de motivos tanto pelo Arceu do DMLU, da Alessandra chefe da equipe de  
1499 resíduos sólidos aqui da SMAM. No sentido de que nós temos um grande problema. Nós já  
1500 temos uma tratativa junto do histórico apresentado pelo Arceu, do TAC que foi feito  
1501 juntamente com o Ministério Público passando pelo COMAM, então como deu hoje já isso  
1502 tudo, nós achamos por bem dentro, a partir do Secretário do Meio Ambiente, solicitando  
1503 essa ação conjunta de posse das informações que nós temos, do trabalho do GT que foi  
1504 criado para procurar novas áreas, nós observamos que não tem novas áreas. Na verdade  
1505 tem pulverizada. Não adiantaria tu botares milhares de metros cúbicos numa área  
1506 pequenininha e impactar a cidade toda. Com esse sentido, essa negativa de espaços na  
1507 Zona Sul para esse tipo de colocação criou-se um grupo a partir da Secretaria do Meio  
1508 Ambiente: DMAE, DEP, PGM, a própria SMAM no sentido. E fomos também ao Ministério  
1509 Público na tentativa de tentar achar soluções para – infelizmente ou felizmente – a  
1510 ampliação do Serraria. Na verdade é isso que nós estamos trazendo aqui para o COMAM.  
1511 É a necessidade de se ampliar; não esquecendo da questão dos estudos que estão  
1512 inconclusos ainda, tem que haver isso aí, tem que haver a mitigação, tem que haver a  
1513 compensação. E tem que ser feitos os estudos como realmente devem ser feitos. Mas há  
1514 uma questão do ponto de vista do Secretário, específico do Meio Ambiente, que é: não  
1515 adianta termos os espaços para aterros de reciclagem de produtos da construção civil, que  
1516 só vai entrando, só vai entrando, só vai entrando. Aí não vai ter nunca espaço para tudo.  
1517 Então é necessária a criação de políticas públicas que possam gerenciar esses resíduos,  
1518 que é coisa que a Alessandra apresentou aqui: vários dispositivos legais que estão sendo  
1519 apresentados. Há uma necessidade hoje de uma reciclagem desses subprodutos. Isso é  
1520 importantíssimo. Do ponto de vista ambiental é baseado tudo em reciclagem de  
1521 subprodutos. Nós temos que reutilizar esses resíduos. Então nós tínhamos que ter um  
1522 local, que hoje é a Serraria, onde ele não fique só como um depósito. Ele tem que entrar  
1523 como um reciclador deste material todo. É importante salientar que desses caça entulhos  
1524 que nós vemos pela cidade, que é aquela caixinha de metal que é carregado pelas  
1525 caçambas, aquilo lá tem que ter uma proteção, tem que ser fechado. Porque muitas vezes  
1526 a gente vê a própria comunidade, que chega ali; vê o tele-entulho, está ali parado, com a

1527 rampa descendo já direto da construção e vem um cidadão, pega o seu saquinho de lixo  
1528 doméstico, achando que está fazendo uma boa coisa, de não botar na calçada e botar  
1529 dentro do tele-entulho. No momento que esse cidadão achando que está fazendo uma  
1530 coisa boa, ele está contaminando aquele entulho da construção civil. Então veja bem:  
1531 perpassa políticas públicas necessárias do meio ambiente; perpassa questão de educação  
1532 ambiental isso é tudo metier da própria Secretaria do Meio Ambiente e não é só do Meio  
1533 Ambiente, o DEP, o DMAE tem áreas de educação ambiental. Então nós viemos ao  
1534 COMAM, nós, secretarias, porque na verdade nós estamos aqui falando de governo  
1535 municipal. Para nós tentarmos junto ao Conselho Municipal do Meio Ambiente uma forma  
1536 de se ampliar, lamento, mas é ampliar o local que já está impactado, salvo questões do  
1537 Arroio, que têm que ser preservadas. Questões que devem ser levantadas: quais são os  
1538 impactos advindos desde o funcionamento desde 1999, isso tem que ficar caracterizado.  
1539 Tem que ser compensado; tem que ser mitigado. Mas nós precisamos de soluções porque  
1540 temos grandes projetos no município de Porto Alegre: nós temos o PISA, nós temos as  
1541 obras da Copa, nós temos as obras do PAC. São projetos importantes do ponto de vista de  
1542 sustentabilidade do município. São importantes do ponto de vista social. São importantes  
1543 na questão do tratamento dos esgotos domésticos que Porto Alegre é falado; saiu no  
1544 Jornal Nacional que Porto Alegre só modifica 27%, uma vergonha, um dos estados  
1545 federados, gente. E agora com esse projeto do PISA nós temos a possibilidade de avançar  
1546 e muito e ficar bem na frente, na vanguarda dos estados federados. Então veja bem: tudo  
1547 isso nós temos que botar em algum lugar. Eu até brinco com o pessoal: imagina quando  
1548 aquele troço do Grêmio for abaixo – que é outro projeto de licenciamento, que eu sou  
1549 colorado – mas quando botarem o estádio abaixo; imagina aquele volume gente; aonde vai  
1550 aquilo? Nós vamos botar aquilo aonde? Aquilo ali tem que ser o quê? Segregado,  
1551 separado, triturado e reutilizado. Só que para fazer isso, nós temos que ter um local. E este  
1552 local hoje é o aterro Serraria. Então na verdade a Secretaria do Meio Ambiente, juntamente  
1553 com as outras secretarias estão vindo como prefeitura ao Conselho Municipal do Meio  
1554 Ambiente, vendo da possibilidade de se alterar o termo de ajustamento de conduta que foi  
1555 feito lá, que já fala nas suas cláusulas que não pode ser mais ampliado. E eu estou com  
1556 medo. Sabia disso conselheiro Gilson? Nós sabemos disso ali. Só que tudo são  
1557 documentos, que hoje nós estamos no Conselho Municipal do Meio Ambiente e estamos  
1558 colocando para ver formas e aquele documento pode ser alterado? Sim, pode ser alterado.  
1559 Mas em conformidade do que pensa o sistema para a questão ambiental e do próprio  
1560 Conselho Municipal do Meio Ambiente. Sim, por solicitação do Secretário do Meio  
1561 Ambiente, fui eu como supervisor do Meio Ambiente, fazer uma consulta ao Ministério  
1562 Público. Eu estive lá com a Annelise Steigleder e com a Ana Marchesan as doutoras lá do  
1563 Ministério Público. E sim, depende da SMAM e do Conselho Municipal do Meio Ambiente.  
1564 Na verdade aquele termo de ajustamento de conduta foi por solicitação do COMAM,  
1565 porque por parte do próprio Ministério Público não há óbices. Também não vou ficar aqui  
1566 falando por conta do Ministério Público. Ele que venha aqui e se apresente ou façamos as  
1567 consultas de uma forma democrática e participativa, que deve ser. Nós devemos socializar  
1568 o máximo possível os conhecimentos para achar soluções. Porto Alegre precisa  
1569 imediatamente de soluções quanto à questão do aterro sanitário do Serraria. Eu estou  
1570 falando meio rápido, porque eu tenho uma reunião importante, eu tenho que sair. Mas eu  
1571 fico mais alguns minutos. Tá bom? Eu abro a palavra.

1572 **Alessandra Pires, da ERES/SMAM:** Só para dizer alguns dados que eu tenho aqui dos  
1573 colegas: o DEP mandou para nós que eles têm uma geração estimada de geração de  
1574 volume de 803 mil metros cúbicos, o DEP. A SMAM 25 mil metros cúbicos. Para o ano de  
1575 2010. O DMAE então 260 mil metros cúbicos. São os dados que nós recebemos já nesse  
1576 grupo de trabalho que a gente teve. E outra coisa que eu quero mostrar aqui. Eu tenho aqui  
1577 em forma digital, depois acho que a Simone pode encaminhar. Foi feito um trabalho  
1578 somente na Zona Norte, onde nós temos dois aterros licenciados. E esses quadradinhos  
1579 que vocês estão vendo, foi feito um levantamento, por cima assim, de focos de resíduos da

1580 construção civil dispostos nas ruas. Isso aqui somente na Zona Norte onde nós temos dois  
1581 aterros. Eram essas as complementações que eu queria fazer.

1582 **Adelino Lopes Neto, do DMLU:** Primeiro: boa tarde. Minha primeira vinda aqui; eu os  
1583 conhecia de nome e renome e às vezes até ficava um pouco assustado quando tinha que  
1584 enfrentar algum problema com vocês. A tarefa de dizer não é ingrata e é complicada. Eu  
1585 entendo isso. Primeiro: não vou entrar no aspecto técnico que o Arceu é o maior  
1586 conhecedor disso, o que era o aterro. A Alessandra tem nos ajudado. Mas apenas vou dar  
1587 para vocês a visão de quem tem que operar a coleta de lixo na cidade de Porto Alegre,  
1588 quem enfrenta o usuário na rua, enfrenta os becos e os finais de rua, onde essas coisas  
1589 estão depositadas e tem que dar solução para isso. Vou abordar esse aspecto, para o lado  
1590 de cá do balcão. Primeiro: o próprio TAC que, vamos dizer assim, encerrava o assunto  
1591 Serraria, propunha um estudo de novas áreas. Ao não encontrarmos novas áreas, ou seja,  
1592 pedir que se faça um novo estudo, está dentro do próprio TAC. Que nós não pudemos  
1593 cumprir a outra parte do TAC, que era achar novas áreas. Então como não achamos novas  
1594 áreas, tivemos que nos voltar para essa. Ou seja, as duas coisas estavam dentro do TAC.  
1595 Com respeito a essa deposição irregular de resíduos da construção civil na cidade, isso  
1596 está se agravando muito na Zona Sul, que é a zona que mais cresce em termos de  
1597 construção de habitação. Vamos ter agora o agravamento por todas essas obras públicas.  
1598 Vocês imaginam o que vai ser a Zona Sul. Nós não temos; ninguém tem pernas para  
1599 conseguir fiscalizar cada esquina, cada beco, cada canto. A melhor forma de a gente  
1600 conseguir inibir isso ou induzir a uma melhor forma de deposição é que ofereça ao  
1601 caçambeiro ou a quem vai depositar; uma alternativa mais barata. Se eu propuser para ele  
1602 que tem que fazer 30 quilômetros de ida e 30 de volta, não vai fazer. Vocês sabem e eu sei  
1603 que eles não vão fazer. Esse resíduo vai acabar num fim de rua e o pior: quando eu for  
1604 coletar, ele está contaminado. Ele está condenado. Vamos ter que mandar isso para Minas  
1605 do Leão a um preço enorme, a 113 quilômetros de Porto Alegre. E outra: resíduos da  
1606 construção civil jogados no final da rua eu não posso coletar manualmente, eu tenho que  
1607 deslocar máquina para lá. Então isso é exponencial, o custo disso é exponencial. Se eu  
1608 oferecer para o caçambeiro uma alternativa próxima e barata, o melhor fiscal que eu tenho  
1609 da caçamba é ele mesmo. Porque se esse resíduo estiver contaminado o Arceu não  
1610 recebe e ele vai ter que pagar para levar lá em cima ou vai ter que correr o risco de ir ao  
1611 final da rua. O que eu quero, eu quero que vocês entendam a posição do DMLU do ponto  
1612 de vista da operação: eu quero oferecer a quem pode melhor fazer essa triagem, a quem  
1613 pode cobrar essa triagem, uma alternativa razoável economicamente. Ou seja, o  
1614 caçambeiro tem que ter uma alternativa que lhe propicie levar num lugar que não custe tão  
1615 caro, mas que ele tenha interesse em que isto seja limpo, porque senão não vai ser  
1616 recebido lá. Outra informação: nós temos recebido no DMLU diversas empresas  
1617 interessadas em instalar equipamentos de reciclagem de material de construção: móveis e  
1618 fixos. Estão interessados em colocar nos nossos aterros e já temos experiências aqui no  
1619 norte e temos proposta para colocar isso no sul. Muito provavelmente se nós continuarmos  
1620 operando Serraria, nós vamos conseguir reciclar e aproveitar muito desse material. Nós  
1621 vamos economizar dinheiro público, transporte. Vamos tirar caminhões da rua – que Porto  
1622 Alegre hoje, nosso trânsito é extremamente complicado – e vamos sim minimizar esse  
1623 problema de deposição. Esse é o ponto de vista de quem tem que por os homens na rua  
1624 para recolher. Muito obrigado.

1625 **Lívia Zimmermam, da UPV:** Obrigada. Até agora eu fiquei sabendo o Cláudio me disse  
1626 que o Eduino já tinha proposto. Lá em Torres nós temos um terreno profundo, tem quase  
1627 50 metros de profundidade. E o que aconteceu é o contrário: as caçambas de lixo de  
1628 entulho chegavam lá e o nosso caseiro levava lá para trás e transformava em tijolos.  
1629 Praticamente o único, ele só triturava os tijolos e fazia mistura e já estamos até fazendo  
1630 casa, ele está fazendo, inclusive de maneiras bem artísticas. Proponho até, de repente ver  
1631 o teu projeto. A gente poderia ver uma alternativa. Porque gera renda, é simples, é rápido.  
1632 Ele fazia aqueles caixilhos e daqui a pouco tu vias aquela montanha. A mãe ficava  
1633 apavorada: João o que tu vais fazer com esse lixo? E daqui a pouco está saindo de lá os

1634 tijolos com furos bem interessantes. Agora no verão então era praticamente dois dias, já  
1635 estavam os tijolos, tudo aquilo transformado. Proponho então, de repente eu posso trazer,  
1636 a gente fazer um projeto junto e no próprio local, na própria Serraria, se poderia fazer tipo  
1637 uma escola ou a própria mão de obra do entorno usar e fazer; reciclar a própria calça. Em  
1638 questão de um, dois dias tijolos novos, não precisamos de mais barreiras. Uma sugestão:  
1639 de repente unir os projetos; e eu traria também essa ideia, esse nosso reciclador lá de  
1640 Torres, apresentaria aqui para expor.

1641 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Eduino, ONG Solidariedade. Eu quero falar  
1642 aqui para os conselheiros que a lei que foi aprovada agora, final de 2009, eu acho que foi  
1643 em outubro, Secretário. A dos resíduos.

1644 **Alessandra Pires, da ERES/SMAM:** Foi agora, a duas semanas atrás.

1645 **Professor Garcia, da SMAM:** O decreto sancionou...

1646 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Sim, sim, na câmara foi aprovado, acho que  
1647 em outubro, né?

1648 **Professor Garcia, da SMAM:** Sim, mas sancionado foi agora.

1649 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Sancionado foi agora. Nós, a ONG  
1650 Solidariedade investiu na Câmara de Vereadores e nós mudamos uma emenda principal  
1651 que destinava o resíduo classe A para aterro e nós conseguimos uma emenda com o  
1652 vereador Toni Proença, defendeu a emenda, que passou por unanimidade, mudando a lei  
1653 que diz o seguinte: prioritariamente os resíduos classe A são direcionados à reciclagem. Eu  
1654 acho que foi uma grande conquista da Câmara de Vereadores para cidade e também o  
1655 nosso trabalho, que nós temos a proposta de mudar essa questão. Mas falando na questão  
1656 das regras que o operacional do DMLU falou aqui, não sei, é operacional?

1657 **Adelino Lopes Neto, do DMLU:** Sou supervisor de operações.

1658 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Operações. Eu tenho assento, represento a  
1659 população no Comitê de Bacia do Guaíba e claro que a gente se preocupa com isso. Então  
1660 o que acontece nas ilhas aqui mais próximas? A produção de novos lotes com calça. Aí de  
1661 repente o cara começa a carregar calça para lá e de repente aparece uma plaquinha lá:  
1662 vende-se. Fecha e vende. Quem é que compra? São os pobres? Não. São os ricos que  
1663 compram e estão construindo mansões ali. Então é uma mudança na forma de ganhar  
1664 dinheiro, que eles arrumaram ali. Nós não podemos permitir isso. A questão da separação  
1665 dos containeres: eu acho que é uma coisa que está se empurrando com a barriga. O  
1666 proprietário desses containeres: tem que ter uma lei que obrigue ele a fiscalizar esses  
1667 containeres. E não pegar um container, por exemplo, eu contrato o container, deixo uma  
1668 semana na frente da minha casa. Não. Ele tem que ter um tempo e tem que fiscalizar o que  
1669 é botado lá dentro. Eu tenho fotografias, “n” fotografias. Eu levei inclusive para o vereador  
1670 Bernardino que estava fazendo uma lei sobre os containeres; “n” fotos de dezenas de  
1671 lâmpadas fluorescentes misturadas com a calça. Lixo diário. Isso não é possível. Então o  
1672 cara que é proprietário disso aí tem que ter uma responsabilidade. Eu levei para o  
1673 Ministério Público, por exemplo, estava sendo montada uma empresa ali na ilha, de  
1674 containeres, em área pública, dentro do banhado. O Ministério Público foi lá e deu um jeito.  
1675 Chamou lá a prefeitura, o estado, enfim, deram um jeito de tirar aquilo lá. Então eu acho  
1676 que esta havendo assim, eu acho que tem que mudar isso aí. Não pode ser, tem que ser  
1677 mais duro. Eu até estava brincando aqui com o Gilson: quem sabe a gente faz um muro  
1678 bem forte e enche aquele buraco lá no Morro Pelado, que fizeram lá. Entra no Google para  
1679 dar uma olhada, o buraco que fizeram lá. Quer dizer, retira-se do meio ambiente e não se  
1680 reaproveita. Voltando para o nosso projeto da ONG Solidariedade: nós estamos parados  
1681 por falta de apoio, principalmente do município. O município, nós temos um acerto com a  
1682 Cultura, com vários pontos da Governança, que a coisa não sai do papel. Então aonde é  
1683 que nós vamos parar desse jeito? Se o município não nos apóia, não apóia os projetos que  
1684 ela está colocando aqui, de reciclar inclusive no local. Mas tem que haver vontade política  
1685 do município. Não é possível. Eu propus a Lomba do Pinheiro, geraria um monte de  
1686 emprego lá. Porque lá não tem emprego. O município não apoiou. Tem o ponto do DMLU  
1687 lá que tem um espaço que poderia fazer a reciclagem ali. Geraria quantos empregos para

1688 as pessoas? Minha Casa, Minha Vida: os caras estão trazendo material do Paraná, de  
1689 péssima qualidade. Até quando o Arceu botou ali: baixa renda. Minha Casa, Minha Vida, eu  
1690 botava assim: vírgula baixa qualidade. Porque é péssima a qualidade do material que estão  
1691 trazendo do Paraná. O material que nós estamos nos propondo a fazer, nós temos a  
1692 supervisão da Engenharia da UFRGS, estão nos apoiando e estão fazendo os testes. Esse  
1693 novo material vai ser de primeira. Então quando se vê essa discussão, eu começo a  
1694 pensar: para aí um pouquinho. Não tem local, não tem, mas e aí? Qual é o apoio político  
1695 que nós temos do município? Então Secretário, eu espero que as coisas mudem em Porto  
1696 Alegre. Agora, quem e propõe a fazer esse tipo de coisa tem que ter apoio. Nós botamos  
1697 aqui um projeto, inclusive na proposta aqui, no Fundo de Meio Ambiente, está havendo um  
1698 monte de empecilhos para aprovar. Então eu peço que o pessoal revise isso aí. Tem  
1699 dinheiro no Fundo? Tem. O senhor mesmo disse. Então vamos disponibilizar para alguém  
1700 para fazer esse tipo de trabalho. Isso sim é trabalho ambiental. Obrigado.

1701 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões do Lago Guaíba:** Meu nome é Gilson Tesch da ONG  
1702 Guardiões do Lago Guaíba. Em 2001 nós levamos essa denúncia do aterro numa área de  
1703 banhado, o aterro Serraria, que estava sendo realizado numa área de banhado, estava  
1704 atulhando os banhados naturais com lixo e entulhos da construção civil. O Ministério  
1705 Público quando acatou a denúncia, ele juntou ao processo outro processo do antigo lixão  
1706 da Vila Brasília, do aterro da Brasília que existia no Ministério Público que foi levado pelo  
1707 vereador Sebastião Melo e o Beto Moesh, eles levaram ao Ministério Público. Quando a  
1708 gente levou essa nova denúncia, então eles juntaram num mesmo processo – que eu acho  
1709 que foi um grande erro – isso já vai fazer 10 anos. A gente está se preparando para fazer  
1710 uma festa agora pelo fechamento desse aterro. Por quê? Ele está ilegal. Primeiro lugar, se  
1711 eu fosse numerar a grande quantidade de erros que a prefeitura vem cometendo, a própria  
1712 destinação do PISA, para um aterro irregular, já é uma coisa que não deveria ter passado  
1713 no financiamento do BID. Como é que vão direcionar o aterro das obras para um  
1714 licenciamento irregular que é o Serraria? Segundo: há dois anos, quando o vereador Beto  
1715 Moesh era Secretário esse assunto veio à pauta: a Câmara Técnica fez uma análise, fez  
1716 visita ao local, tudo. O mesmo discurso que está sendo feito hoje, foi feito há dois anos. Ali  
1717 seria a última vez que se utilizaria aquele aterro e aqueles três hectares; seria reciclado;  
1718 todo o material que entrasse ali já seria reciclado. De dois anos para cá já era para ser  
1719 implementado. Estão querendo implementar daqui para frente. E não foi nada feito. Todo  
1720 aterro da dragagem do Arroio Dilúvio está depositado lá, ninguém utiliza para nada.  
1721 Disseram que ele não contamina, é boa, mas ninguém quer aquilo. A própria SMAM  
1722 quando licenciou a dragagem do Arroio Dilúvio, que foram para a imprensa, a primeira vez  
1723 que vamos licenciar a dragagem de um arroio, que os outros eram feitos irregularmente. Só  
1724 que na licença os resíduos da dragagem iriam para Canoas para serem tratados. Mas na  
1725 metade do caminho acabou indo para o Serraria também. E lá existe uma montanha de  
1726 lixos da dragagem do Arroio Dilúvio contaminando toda aquela área, que é uma área de  
1727 preservação permanente, com uma cota zero, que é um terreno banhado, é vegetação de  
1728 banhado, isso já foi confirmado. E agora é o mesmo discurso. Eu sugiro para a SMAM, pelo  
1729 Conselho, que seja; que se contrate uma firma de consultoria para tentar encontrar uma  
1730 área. Porque é impossível que não haja áreas na Zona Sul. A gente conhece muitas áreas.  
1731 E o que acontece? Pelo que foi dito aqui, encerrar esse aterro Serraria acabou a  
1732 construção civil em Porto Alegre. Vamos fazer igual em Gramado. Não se constrói mais,  
1733 vamos limitar. Talvez tenhamos que fazer isso de repente. Porque a quantidade – outro  
1734 dado importante eu peguei aqui rapidamente – o DMAE manda para o aterro 200 mil  
1735 metros cúbicos de aterro para o Serraria. Então se ele está mandando esse aterro, ele está  
1736 tirando das valas, ele tem que tapar essas valas. Então eles estão destruindo outras áreas.  
1737 Estão retirando material de áreas para aterrar aquilo ali. Inclusive acho que o assunto é  
1738 muito complexo, tem que ser muito bem analisado. O supervisor do Meio Ambiente chegou  
1739 e disse aqui, basicamente nessas palavras: que o Ministério Público lava as mãos, quem  
1740 decide é a SMAM e o COMAM. Eu acho que a gente tem que pressionar o Ministério  
1741 Público. Eu falo das ONGs. Porque é um absurdo, faz 10 anos e o Ministério Público não

1742 conseguiu tomar uma decisão para encerrar aquela degradação ambiental. Que aquilo é  
1743 uma degradação ambiental. É uma área protegida por lei, a gente está rasgando a  
1744 legislação ambiental. Eu acompanhei aquilo – como eu disse – desde 2001. A gente tem  
1745 fotografias, filmes, vídeos, dá para fazer um documentário de tudo que é enterrado ali.  
1746 Tudo que era enterrado e continua sendo enterrado naquela região. É lata de tinta, é pneu,  
1747 é produto químico, é remédio. É tudo que é imundície é enterrado naquela área. Eu acho  
1748 um absurdo. A gente estava comemorando o encerramento desse aterro. Achando que  
1749 agora seria dado um andamento realmente – eu tenho que pensar nas palavras para não  
1750 ser grosso – mas realmente ser um bom andamento para o processo e realmente fechar  
1751 aquele aterro. Que aquele aterro é uma vergonha para Porto Alegre. A gente está  
1752 começando a fazer uma campanha na internet, em todos os lugares, para mostrar que  
1753 Porto Alegre realmente tem uma grande degradação ambiental. Eu acho que a gente não  
1754 pode permitir a ampliação desse aterro. Essa é a minha palavra final.

1755 **Ricardo Ayup Zouain, da UFRGS:** Professor Ayup, UFRGS. Nós tínhamos uma  
1756 incubadora de reciclagem, funcionou até 2004, na Universidade Federal, dentro da rede de  
1757 incubadoras tecnológicas da universidade. E trabalhamos muito em diferentes frentes de  
1758 reciclagem. A última incubada, que eram três alunos: um da Geografia, um da Engenharia  
1759 Civil e outro da Mecânica. Trabalharam entre 2001 e até o fechamento, na possibilidade de  
1760 fazer todo um trabalho para reuso de resíduos da construção civil. E lamentavelmente – eu  
1761 digo lamentavelmente – porque a incubadora fechou, a empresa fechou e as soluções que  
1762 eles tinham colocado para a cidade toda, nunca foram utilizadas. Então ela funcionava na  
1763 Escola Técnica, a Escola Técnica hoje não é mais Escola Técnica da universidade, que é  
1764 Centro Federal de Ensino Tecnológico Superior, vinculado a Bento Gonçalves, está se  
1765 deslocando casualmente para a Restinga na nova sede. Então nós tentamos criar uma  
1766 nova incubadora junto com o Geociências, o IPH, a Química nesta área. Já não falando de  
1767 reciclagem, procurando outras condições, buscando uma série de elementos que venham  
1768 trabalhar na readequação e recuperação. Obviamente que nós temos um problema sério e  
1769 nós temos que fazer uma abordagem como membros do Conselho do Meio Ambiente, de  
1770 quais são as circunstâncias que nós temos. Nós temos um município que tem em torno de  
1771 700 quilômetros quadrados, cujas dimensões são aproximadamente entre 36 quilômetros  
1772 na direção norte/sul, uns 28 quilômetros na direção leste/oeste. Nós não podemos,  
1773 digamos, deixar de pensar que quando nós vamos fazer algum tipo de atividade dentro do  
1774 nosso município, existe toda uma série de atividades que em conjunto vão afetar o meio  
1775 ambiente. Seja o transporte de carga, e aí colocamos então o problema não só da  
1776 liberação de CO<sub>2</sub>, de enxofre. Uma série de elementos que tem; nós pegamos e somente nos  
1777 sentimos agredidos no nosso meio ambiente pelo que nos agride diretamente aos nossos  
1778 olhos. Aquilo que nós não percebemos, nós fazemos de conta que não é conosco. Se  
1779 existe uma série de problemas e nós temos que levar então, se puder; os problemas da  
1780 construção civil para outro município, melhor para nós. Não importa se para isso é um  
1781 custo, de gastos de combustível fóssil, uma série de outros elementos importantes, que  
1782 isso nós não enxergamos e não esteja ferindo nossos olhos. O problema ambiental nosso  
1783 parece ser só aquilo que enxergamos. Um especialista em geoprocessamento e  
1784 sensoriamento sou eu, mas os olhos de todos são feridos. Eu acredito que nós temos  
1785 trabalhar nesse contexto, nas políticas que nós queremos no Conselho. Essas políticas  
1786 falam a respeito – como colocou o conselheiro Eduino recentemente – por exemplo, sobre  
1787 o Fundo de Meio Ambiente. Nós não podemos fazer uma chamada do Fundo para alguns  
1788 elementos? Que seja uma chamada aberta, tem que ser uma chamada direcionada. Por  
1789 exemplo: resolver problemas específicos dos membros da comunidade de Porto Alegre.  
1790 Não é o que alguém quer, é o que os municípios precisam. Então, óbvio, nós cometemos  
1791 erros no edital, que no próximo nós não cometeremos, Secretário, com certeza. O anterior  
1792 nos serviu de lição, porque a história faz reparar isso, para olhar para frente. Então nós  
1793 vamos ter que começar a ver assim: quais são os problemas e quais são as soluções que  
1794 nós queremos? E vamos trabalhar nessa direção. Então se uma direção que estava dando  
1795 agora o DMLU e a SMAM em conjunto com outros órgãos da prefeitura, que vamos tratar,

1796 vamos tratar. Inclusive surgiu a ideia nessa direção do Eduino. No levantamento do  
1797 problema do licenciamento do Grêmio, que obviamente no caso nosso, nós estávamos  
1798 prevendo a construção de moradias populares, se eu levasse o projeto do PAC, o projeto  
1799 nosso, que nós levamos ao Ministério da Cidade para o programa Nossa Casa, Nossa Vida  
1800 de como reutilizar materiais, mas claro, para Porto Alegre não era solução, nem para o  
1801 estado do Rio Grande do Sul, para o governo federal, sim, o era. Gostaria de colocar outras  
1802 coisas, de pensar numa possibilidade de nós autorizarmos a continuação, na condição de  
1803 que, uma das condições seria que inicialmente esse material fosse utilizado em reuso para  
1804 iniciar a preservação das áreas e parques do município, que era o problema que tinha o  
1805 Eduino. Como nós vamos fechar o Saint'Hilaire? Como vamos fazer aquelas grades? Não  
1806 importa, têm vários, são formas de nós começarmos a atuar de forma pró-ativa, não  
1807 somente criticando e não trazendo soluções. Nós pensamos em trazer soluções. Para isso  
1808 somos conselheiros de Porto Alegre. Para ver as soluções que Porto Alegre precisa. Se  
1809 nós pudermos utilizar em função da granulometria este material para diversos tipos de  
1810 obras, também os utilizaremos. Imediato é quais são as necessidades que nós, como  
1811 gestão, ou vocês como gestão da administração municipal, quais são aquelas obras  
1812 prioritárias, que deveriam ter, que esse material fosse importante ser utilizado. E  
1813 imediatamente colocar isso, não a demanda, não, vamos colocar alguém que vá reutilizar e  
1814 produzir com esse material aquilo que nós precisamos para algumas soluções práticas  
1815 ambientais da cidade. Esse é o encaminhamento que eu estou dando para permitir que a  
1816 cidade não tenha que ainda ter aqueles centos de problemas de cargas, de poluentes,  
1817 tráfego desnecessário; 35, 40 quilômetros levando a carga de um lado para outro, que não  
1818 vai acontecer, vai ficar no meio do caminho, como fica hoje. Então, sabe qual é o  
1819 problema? Nós não temos como controlar e aí vem outro dado: nós temos condições de  
1820 nos sentar e ver nas Câmaras que nós temos e criar posturas, um código de postura dos  
1821 conselhos em relação a como será o tratamento das caçambas. Terá alguma caçamba que  
1822 atue independente? Não. A central de caçambas que deverá responder em função da  
1823 carga e a distribuição de carga. Então ficará muito mais fácil fiscalizar. Ficar muito mais  
1824 fácil de ver uma série de coisas. E aí a função nossa, seremos conselheiros pró-ativos,  
1825 para ver esses problemas e não ficar vendo, aqui tem lata de tinta. Bom, compete a alguém  
1826 decidir como vai circular: sai de tal ponto, chega a tal ponto. Imediatamente nós temos um  
1827 problema, nós temos que trazer uma solução. A solução não é criar mais um problema. A  
1828 solução é dar uma solução e ao mesmo tempo resolver o problema que nós temos,  
1829 ambientais, na cidade. Essa era a minha manifestação.

1830 **José Carlos Vieira, do CMS:** Eu também queria falar um pouco sobre essas caçambas do  
1831 entulho, que o tipo de trabalho que tem que fazer com a educação dessas caçambas de  
1832 entulho, que eu tenho um exemplo, que eu vejo que são as caçambas que saem lá do  
1833 Terra Ville, com aquelas obras que estão lá. Os caras não selecionam o material que é  
1834 para ir lá. Eles botam madeira, eles botam saco, os sacos do cimento e eles colocam tudo.  
1835 Eu tenho um exemplo para vocês verem. Eu fiquei olhando para ela ali, queria perguntar  
1836 para ela se não tinha nem uma foto da onde eu moro. Eu moro no fundo do aeroclube. O  
1837 melhor lugar de morar, porque eu nem queria ter de sair daquele lugar onde eu estou.  
1838 Porque é um leito de estrada, mas é um ar puro que eu tenho lá. Mas a imundície que os  
1839 caras largam lá nos finais de semana. E é gente de caminhão. E essa semana passada eu  
1840 tive até um atrito com o próprio cara do DEP. No final de semana ele me pega uma  
1841 caçamba e o próprio cara vai me largar lá. Pelo amor de Deus. Se vocês veem a situação  
1842 que é aquilo lá. E quando não é entulho é cachorro que os caras largam lá. Então esse  
1843 projeto do Eduino é um projeto muito bom. Eu acho que a gente tem que rever mesmo  
1844 Eduino esse projeto, para ver como a gente vai encaminhar, como a gente vai executar  
1845 esse projeto. Como tu dizes: a gente está vendo ali na Edgar Pires de Castro, aqueles  
1846 materiais que estão sendo lá, é péssimo. Então eu acho que nós temos esse material, nós  
1847 temos mesmo para fazer esse projeto que vocês apresentaram. Nós fazemos um trabalho  
1848 nesses próprios locais mesmo que a gente coloca aqui, que é para aproveitar esses  
1849 materiais da construção civil, que tem vários materiais. Mas uma das coisas que eu acho

1850 que a gente tinha que ter um boletim informativo para esses próprios caras do container: o  
1851 que é que os caras vão trazer? É madeira? O que é material de tijolo, de sobra da obra,  
1852 que é para ser colocado nesse lugar. Não tudo misturado. Porque só assim. Eu tenho até  
1853 visto com o Romeu, eu falo assim: uma forma da gente ver a multa ser dada nesses caras  
1854 e ser cumprido e fazer, para eles não largarem, do que a gente vê no leito de estrada, eu  
1855 me revolto Eduino. Eu me revolto de eu ver o que os caras largam. Um trabalho de  
1856 desperdício de combustível, de caminhão e de trabalho e de máquina que o DMLU tem que  
1857 deslocar. Tem um exemplo lá agora: nós estamos precisando para a Escola Técnica e para  
1858 a área do hospital da Restinga um monte de entulho. Eu fui falar com os caras que trazem  
1859 aquele (...): não, lá na Restinga é muito longe para nós levarmos. Então a gente precisa de  
1860 aterro para colocar lá, para fazer as ruas, a SMAM sabe, para nós fazermos as ruas lá, é  
1861 difícil. E os caras botam em outro lugar que não é de botar fora. Então a gente tem que  
1862 fazer uma forma da comunidade, de todo mundo, quando fizer a denúncia, tem que dar o  
1863 retorno para a gente que fez aquela denúncia, que aquela multa está sendo dada. Não  
1864 passar a mão em cima desses caras que só querem ganhar lucro.

1865 **Adelino Neto, do DMLU:** Só um dado para vocês, o que é difícil fiscalizar. Eu vou contar  
1866 apenas um episódio que é hilário. A gente não consegue correr atrás de todas as  
1867 caçambas, não consegue correr tudo. Sim. Nós recebemos denúncias e vamos atrás de  
1868 todas elas. Só dar um exemplo para vocês: boa parte das caçambas que largam em  
1869 lugares clandestinos, nós anotamos a placa. A placa não corresponde ao veículo. Tem  
1870 caçamba com placa de Volkswagen de Alvorada.

1871 **Professor Garcia, da SMAM:** Quem mais que vai? São dois. Já te dou depois. Nós não  
1872 temos mais quorum, vamos só ouvir os três. Porque eu vou fazer uma proposta de  
1873 encaminhamento ato contínuo, que talvez seja uma extraordinária, para nós tratarmos, que  
1874 a municipalidade, no caso talvez o DMLU possa daqui a duas semanas trazer uma  
1875 proposta dentro desta, que se é viável, de fazer uma contrapartida de realmente utilizar.  
1876 Não sei se pode ser cooperativo, ou a forma, e aí eu também não sei qual é a posição do  
1877 Gilson. Mas vamos ouvi-los para a gente terminar isso aí.

1878 **Assistência:** (...) que convide o Ministério Público para participar dessa reunião, porque  
1879 faz parte disso.

1880 **Professor Garcia, da SMAM:** Claro, só um pouquinho. Todas as coisas têm que ser  
1881 assim, bem sugerido porque nós sozinhos hoje, nós não temos condições mais. O  
1882 Ministério Público tem que ser partícipe total dessa situação.

1883 **Nelson Fontoura, da PUCRS:** Néelson Fontoura, da PUC de Porto Alegre. Eu entendo o  
1884 seguinte: o governo executivo tem uma demanda de um local para deposição de entulhos  
1885 na Zona Sul; existe objeção forte de órgãos ambientais, de ONGs com relação à  
1886 adequabilidade do local, a deposição. Mas como conselheiro, eu não conheço a área. Na  
1887 verdade não há estudo ambiental realizado e na verdade o que eu tenho impressão que o  
1888 executivo deseja é uma autorização de continuar o funcionamento na área, enquanto não  
1889 se realiza estudos de impacto ambiental, não o licenciamento efetivo. Só que eu tenho  
1890 impressão que para a gente tomar; para o Conselho tomar essa decisão o Conselho  
1891 precisa ser mais bem instruído. Com uma defesa favorável – não simplesmente nós  
1892 precisamos porque não tem onde botar – mas porque o executivo entende que seria  
1893 possível o licenciamento. E ao mesmo tempo, a contrapartida, a apresentação, de repente,  
1894 de quem conhece a área, de por que acha que o licenciamento não é passível de ser  
1895 obtido. Em função das duas apresentações nós podemos tomar uma decisão sobre  
1896 autorizar o funcionamento precário do empreendimento, do depósito, até que se conclua  
1897 um estudo definitivo. Então acho que podia ser numa reunião extraordinária. E outro ponto  
1898 que meu ocorreu nas apresentações, que já foi mencionado, a deposição ilegal por parte  
1899 das caçambas. Existe hoje em dia, GPS é muito barato. Eu me assustei com o problema  
1900 das placas. Mas por exemplo, para uma operação de extração de areia no rio, hoje em dia  
1901 o barco precisa ter GPS e se sabe onde ele está. Então poderia se pensar alguma coisa  
1902 similar para as caçambas que depositam lixo, GPS, descarrega o traque dele e ele tem que  
1903 submeter esse arquivo de repente à SMAM, periodicamente a gente sabe onde ele esteve.

1904 Se tiver um depósito irregular, a gente olha o traque, o cara esteve ali, foi ele que  
1905 depositou. São sugestões.

1906 **Vicente Medaglia, do Instituto INGÁ:** Eu quero saber primeiro algumas informações.  
1907 Vicente Medaglia, do Ingá. Se essas informações estão todas contidas no processo  
1908 administrativo, inclusive os resultados do grupo de trabalho. Porque é um argumento que  
1909 foi colocado: que não existem áreas. O argumento para mim, eu posso até entender que é  
1910 resultado do grupo de trabalho. Mas para mim é implausível que não existam áreas.  
1911 Inverossímil. Então eu gostaria então que se for feita essa reunião extraordinária, se for  
1912 esse o encaminhamento, parece que o presidente vai colocar; que seja colocado à  
1913 disposição de todos os conselheiros, que seja enviado os arquivos digitais e também o  
1914 processo. Que seja informado qual é o processo na pauta, para que a gente possa ter  
1915 acesso a essas informações integralmente. Porque uma apresentação aqui não é o  
1916 suficiente para a gente ter toda essa riqueza de detalhes. Eu sei que existe um processo  
1917 na SMAM.

1918 (...)

1919 **Vicente Medaglia, do Instituto INGÁ:** Só me deixa terminar. Eu sei que existe um  
1920 processo na SMAM sobre isso, que provavelmente os termos de ajuste de conduta têm que  
1921 ser disponibilizados também para os conselheiros e também, além dos termos, a ata que a  
1922 secretaria, viu Simone? Que a secretaria do COMAM possa providenciar, resgatar a ata em  
1923 que foi deliberada essa questão do aterro, de 2008; que possa ser também disponibilizada  
1924 essa ata para que a gente não fique rediscutindo decisões, que a gente possa ser  
1925 informado nesse sentido. Então, porque realmente eu me senti aqui um pouco pressionado  
1926 pelos argumentos que foram colocados. Dizer: vai acabar na metade de abril. Ou seja,  
1927 essa é uma decisão que é urgente e o resultado é esse e não existe. Então assim: eu não  
1928 acredito que seja adequado dessa forma. Porque se há essa urgência, essa questão  
1929 deveria ter sido colocada anteriormente. A gente não pode tomar uma decisão aqui sob  
1930 pressão. Era isso, agradecido.

1931 **Júlio César, da ONG Solidariedade:** Júlio César, ONG Solidariedade. Eu vou tentar fazer  
1932 um apanhado rápido de tudo que foi dito aqui. Em primeiro lugar: questão área da Serraria.  
1933 Eu estou de acordo aqui com o Fontoura, que eu acho que mesmo que precariamente  
1934 deve ser autorizada a continuidade do funcionamento dessa área. Porque pior do que  
1935 continuar degradando uma área já degradada é degradar outra área nova que ainda não  
1936 está degradada ou simplesmente deixar o RCC por aí pelo meio da cidade, causando esse  
1937 transtorno que a gente sabe que está cada vez aumentando mais o volume desse tipo de  
1938 resíduo. Em segundo lugar, eu tenho uma informação, uma pesquisa que eu li não sei  
1939 onde; que o concreto é hoje o segundo item mais consumido no planeta depois da água. E  
1940 o que é o concreto? O concreto é o cimento+areia+brita. Nesse processo de reciclagem a  
1941 grande desvantagem é que nós não temos utilização da areia e da brita. Porque a partir da  
1942 trituração desse resíduo, você coloca só o cimento e faz outro artefato do cimento. E é este  
1943 o projeto que nós estamos desenvolvendo na ONG Solidariedade. Então esse projeto de  
1944 gerenciamento do resíduo da construção civil, que foi aprovado, foi sancionado  
1945 recentemente, ele foi aprovado há três meses e pasmem os senhores: ele não continha em  
1946 nenhum artigo, nenhuma emenda que visasse processos de reciclagem, projetos de  
1947 reciclagem. E nós da ONG Solidariedade fomos lá, fizemos pressão e conseguimos que o  
1948 vereador Toni Proença colocasse uma emenda beneficiando esses projetos. Então esse  
1949 projeto tem que ser bem analisado, porque parece que ele – me desculpa, mas aí eu vou  
1950 ficar devendo para vocês – cria células, ele chama de células, que no caso são os  
1951 depósitos, ele dá uma nova denominação para esses locais onde deve ser destinado esse  
1952 tipo de resíduo. E trata de outra forma mais inteligente toda essa coisa que antigamente  
1953 isso só servia para nivelamento de cotas e aterrar banhado como é bandeira do Gilson.  
1954 Então eu acho que a gente está caminhando para uma solução melhor e que mesmo  
1955 precariamente eu acho que a gente tem que manter o aterro da Serraria.

1956 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Eduino, ONG Solidariedade. Eu quero apenas  
1957 começar aqui refazendo um pouco o que o Júlio falou. Nós não podemos ser favoráveis

1958 diretamente à colocação dos resíduos lá, que continuem. Por quê? Tem um problema  
1959 grave: o resíduo que está sendo colocado lá, ele não é puro, isso ficou bem claro, a  
1960 engenheira colocou ali. O que nós temos que ver primeiro é a contaminação. Lá está sendo  
1961 jogado tudo que é porcaria misturada. Vamos falar no popular, essa é a situação. Então, o  
1962 que tem que acontecer em Porto Alegre? Fazer de alguma forma que esses resíduos  
1963 sejam separados na fonte. Aí nós podemos direcionar para A, B, C, D locais. Agora, do  
1964 jeito que está como é que nós vamos direcionar esses resíduos para qualquer lugar? Se  
1965 ele está totalmente contaminado? Então eu acho que tem algumas coisas que tem que  
1966 estar na frente dessa questão da colocação dos resíduos. Eu, por exemplo, não vi  
1967 nenhuma proposta na Zona Leste, que tem áreas para colocar na Zona Leste. Por que não  
1968 se vê na Zona Leste? Agora, tem que separar o resíduo, não é possível do jeito que está,  
1969 ele não presta para nada. Outro ponto que eu gostaria de falar, já que ele é operacional do  
1970 DMLU. Eu ando pela cidade inteira. Ambientalista é isso aí, não tem domingo, não tem de  
1971 noite, enfim. O Vieira colocou muito certo: os caras pegam cachorro de rua e levam quatro,  
1972 cinco, seis e bota os coitados dos bichos vivos lá na Zona Sul. Esse é um caso de polícia.  
1973 Esse é um ponto. O outro ponto é o seguinte: têm estradas, locais que se tem feito grande  
1974 despejo dos caçambeiros de noite; a gente sabe que eles levam de noite; eu estive  
1975 fotografando lá nas Três Meninas, um lixão que os caras despejavam lá e achei uma  
1976 agenda importante lá. Que identifica a empresa que botou os resíduos. Eu telefonei para o  
1977 DMLU. O DMLU disse: isso não é problema nosso. Eu tenho a agenda lá em casa, se  
1978 quiser, eu te dou ela.

1979 (...)

1980 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Então é uma prova, porque essa agenda  
1981 estava lá naquele resíduo e de uma empresa conhecida. Está dentro da agenda. Inclusive  
1982 a agenda é da empresa. Eu proporia o seguinte para vocês, algumas coisas práticas, como  
1983 por exemplo: eu sou de uma zona pobre aqui do Partenon, Lomba do Pinheiro, quem vem  
1984 de Viamão, enfim. E os caras vêm botando assim nos carros: veículo monitorado por  
1985 Jesus. Jesus agora tem uma empresa de segurança. É brincadeira. Não precisa GPS. Eu  
1986 proporia nesses locais, o DMLU precisa botar placa junto com a SMAM: local monitorado.  
1987 Pode-se botar placa. Estrada ou local monitorado pela SMAM, DMLU. O pessoal sabe que  
1988 hoje é possível fazer esse monitoramento e isso aí inibe muito esses despejos. Para  
1989 finalizar, pessoal: eu acho que ele está super certo, a gente tem que fazer uma forma de  
1990 achar soluções. E a solução o que é? Começar pela coleta. Começar a fazer a separação  
1991 na fonte, direcionar esse resíduo para reciclagem; o resíduo contaminado deve ter outra  
1992 finalidade, claro que tem. Por que o Minha Casa, Minha Vida não é direcionado para uma  
1993 cooperativa, por exemplo, como nós temos fundado a cooperativa para fazer esse material  
1994 para construir as casas. As coisas não são feitas de acordo. O próprio DEHMAB poderia  
1995 fazer as casas com esse produto. É um produto certificado. Então tem que ter oferta, mas  
1996 alguém tem que absorver isso aí. Então eu acho que a coisa não é feita de acordo. Bom,  
1997 temos que ver. É como ela falou: vamos nos ver livres do lixo. Paga um carroceiro para  
1998 jogar ali. Então não é isso, eu acho que a proposta dele está super correta. Vamos separar  
1999 isso e vamos dar uma finalidade correta e não empurrar com a barriga.

2000 **Professor Garcia, da SMAM:** Deixa eu colocar assim: como esse assunto nós não vamos  
2001 esgotá-lo e nós estamos com um quorum reduzido. Eu não sei. Eu acho que nós  
2002 poderíamos. Não é que eu queira te cortar, mas nós vamos fazer assim: como tem essa  
2003 ideia de fazer essa reunião que vai ter que ser feita, daqui a duas semanas a gente  
2004 prepara, por exemplo, tudo que ele solicitou. Que se pense em forma, e vocês têm que  
2005 ajudar; de que forma criar, já que tem que ir para o programa hoje. Vamos agilizar essa  
2006 questão para criar, como geração de emprego e renda mesmo. E se daqui a duas semanas  
2007 nada disso veio, não deu, paciência. Faz parte do sistema.

2008 **Alessandra Pires, da ERES/SMAM:** Secretário eu posso fazer só um pedido? Tendo em  
2009 vista que eu vou responder em um minuto a questão da...

2010 **Professor Garcia, da SMAM:** É que assim, o Sebastião também quer colocar sobre a  
2011 questão do lixo como um todo. Então rapidinho. Claro.

2012 **Arceu Bandeira Rodrigues, do DMLU:** Eu até ia falar mais coisas que na verdade a gente  
2013 tem estudado a reciclagem. Eu estive em Belo Horizonte em dezembro. Eles têm já um  
2014 tratamento um pouco avançado. Mas eu vou deixar isso para depois. Eu só ia queria dizer  
2015 que quando falam que se enterra qualquer tipo de coisa na Serraria me ofende. Porque na  
2016 verdade a minha esposa me dizia: amor tu vais morrer, porque tu estás brigando com esse  
2017 pessoal. Eu compreí uma briga com os caçambeiros porque caçamba suja lá na Serraria  
2018 não entra mais. As caçambas que se viam. Eu tenho aqui hoje, eu fotografei na rua,  
2019 caçamba fez isso, eu quero saber onde é que esse cara larga esse resíduo; porque na  
2020 Serraria não entra. Na Condor não entra porque nós mudamos a gestão. Então o aterro  
2021 Serraria opera mais ou menos nos moldes como o aterro Anchieta, não entra tudo, não é  
2022 bem assim. Entra caliça, entra terra e é o resíduo que está entrando lá, principalmente e  
2023 podas. As latas de tinta: só uma fala em relação à gestão, sim vem resíduos. Os motoristas  
2024 retiram essas latas de tinta quando o caminhão descarrega, o resíduo é triado, eles botam  
2025 na caçamba e largam num depósito temporário onde esse material metálico – eu tenho foto  
2026 até aqui no meu computador, aqui na pasta – esse material é acumulado, esse material é  
2027 vendido para gerar renda para a Associação ali da Lomba do Pinheiro. Só esse  
2028 esclarecimento.

2029 **Professor Garcia, da SMAM:** Para terminar.

2030 **Alessandra Pires, da ERES/SMAM:** Meio minuto. Primeira coisa, o DEP, a gente está  
2031 pensando nas obras do DEP na Zona Sul, levantar a cota que eles já estão acostumados a  
2032 trabalhar. Eles já concordaram com isso. Em resposta, o plano integrado de  
2033 direcionamento de resíduos da construção civil, prevê o licenciamento ambiental dos  
2034 transportadores. O que vai melhorar e muito a fiscalização. Convido o COMAM a participar  
2035 do nosso grupo. Não tem porque, acho que todos nós temos boas ideias, elas serão bem  
2036 vindas. E os projetos, o que foi falado aqui, nós podemos colocar na regulamentação da lei.  
2037 Poderíamos inserir esses projetos. E com relação ao que o senhor falou ali, nós já fizemos  
2038 várias blitz de noite para pegar esses caminhões.

2039 **Professor Garcia, da SMAM:** Está encerrada a reunião.

2040 

---

Convenção utilizada:

2041 (...) – reticências entre parênteses – significam ou sobreposição de falas, ou fala inaudível ou incompreensível. As reticências normais constituem-se em  
2042 mero recurso de pontuação.